

Jornal da Unicamp

Campinas, março de 1999 - ANO XIII - Nº 140



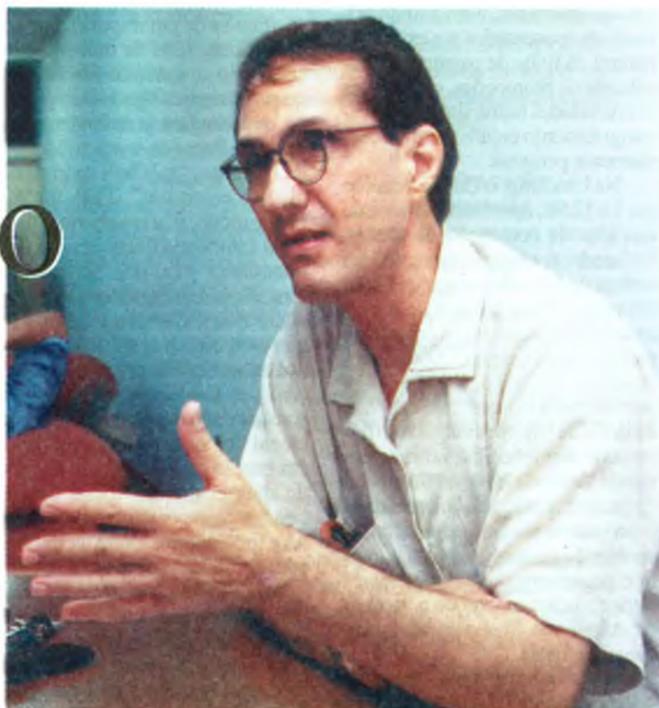
O reitor Hermano Tavares: esforço para equilibrar as contas

Reitor faz o balanço dos primeiros dez meses

“São sobretudo metas acadêmicas as que temos para comemorar”. Com esta frase o reitor Hermano Tavares resume as graves dificuldades orçamentárias que enfrenta em seu primeiro ano à frente da Reitoria da Unicamp, a ser completado em abril próximo. Em meio ao esforço concentrado para buscar o equilíbrio das contas internas e resolver problemas estruturais históricos, a Unicamp alcançou no período o patamar de 35,5% de vagas noturnas na graduação e logrou aumentar o número de bolsas de pós-graduação. **Páginas 4 e 5.**

O impacto da crise sobre o setor público e as universidades

A raiz da crise brasileira atual é mais profunda do que o problema do câmbio ou o simples manejo de variáveis macroeconômicas, afirma o economista Ricardo Carneiro, do Instituto de Economia da Unicamp. Segundo Ricardo, o impacto da crise deverá afetar fortemente o setor público. “As administrações de nossas universidades estão diante do desafio de gerir, em plena recessão, instituições que já vinham convivendo com problemas estruturais gravíssimos”, diz. **Páginas 6 e 7.**



Ricardo Carneiro: crise desafia as administrações públicas

Catarinense é primeiro colocado no vestibular de 99

Fugindo ao triângulo Rio, São Paulo e Brasília, redutos dos primeiros colocados do vestibular nacional da Unicamp em anos anteriores, o primeiríssimo de 1999 vem de Santa Catarina. Natural de Chapecó, Alexandre Aloisio Maldaner, de 17 anos, vai cursar engenharia da computação. “A qualidade do curso e o reconhecimento internacional de que desfruta a Unicamp determinaram minha opção”, justifica. Ele obteve como média ponderada 83,48, a segunda maior nota da história dos vestibulares da Universidade.

Mesmo não tendo feito curso para prestar vestibular, o futuro engenheiro sobressaiu-se entre os mais de 38 mil candidatos inscritos. “Elaborei um método pessoal de estudo ao longo dos anos como preparação para este momento”, diz. Segundo ele, não há segredo.

“Basta disciplina e disposição de estudar em média cinco horas por dia”, revela.

No segundo semestre do ano passado, ainda que não tivesse terminado o segundo grau, Alexandre lançou-se na maratona de vestibulares para treinar suas habilidades. “O resultado foi

satisfatório”, comenta. Na Associação Catarinense – uma espécie de Fuvest de Santa Catarina – ele também foi o primeiro colocado e na Universidade Estadual de Londrina (UEL) classificou-se em quinto lugar para o curso de medicina. Este ano, além da Unicamp, Alexandre também prestou vestibular na Uni-

versidade Federal de Santa Catarina (USFC) para o curso de engenharia de controle e automação: foi o terceiro melhor colocado.

Escola pública – Na tranquila Chapecó, com seus cerca de 130 mil habitantes, onde a economia predominante é a agroindústria, Alexandre Maldaner estudou até a 5ª série em escola pública, passando a frequentar em seguida o Colégio Exponencial, onde o pai, Élio Maldaner, é professor de química.

Afora estudar nas horas vagas, o futuro engenheiro gosta de jogar cartas e praticar esportes como futebol, vôlei e tênis. Mas seu grande prazer está mesmo na leitura. O último livro que leu foi *Uma Breve História*

do *Tempo*, do físico inglês Stephen Hawking. No entanto, tem predileção por ficção científica e terror.

Alexandre faz questão de estar sempre bem informado, principalmente sobre política. Votou nas últimas eleições, mesmo estando abaixo da idade obrigatória. “Não voto em partidos e sim em pessoas”, afirma. Para ele, os partidos políticos brasileiros ainda não conseguem refletir o ideário dos cidadãos.

A mãe, a bancária Terezinha Maldaner, que acompanhou o filho para ajudá-lo a se instalar na cidade, não esconde o orgulho de ver o sonho de Alexandre realizado. “Ele queria muito fazer este curso na Unicamp”, diz ela. A tristeza fica por conta da separação que ambos tiveram que enfrentar. “É a primeira vez que meu filho se afasta de casa”, completa. **(R.C.S.)**



Alexandre: disciplina e disposição para estudar cinco horas por dia

ARTIGO

Crise orçamentária e o impasse da autonomia

José Roberto Zan

O aspecto central do quadro de crise que vem se configurando este ano para as universidades públicas paulistas é a ameaça de estrangulamento financeiro. Custeadas por uma porcentagem do ICMS arrecadado pelo Estado, elas deparam atualmente com uma situação em que poderão ter suas atividades seriamente comprometidas por falta de recursos. A grave recessão por que passa a economia brasileira tem provocado a queda constante da arrecadação do referido imposto desde agosto do ano passado.

Somada a isso, a política de estímulo às exportações leva o governo a isentar de tributação os produtos destinados ao mercado externo de acordo com dispositivos da chamada Lei Kandir. É bom lembrar que o governo estadual não vem transferindo para as universidades a parcela que lhes cabe dos repasses compensatórios feitos pelo governo federal aos estados, previstos na mesma lei. Redução das receitas por um lado e aumento de despesas por outro, decorrentes dentre outras razões de dívidas e compromissos não saldados por administrações anteriores, aumento do número de aposentados e a expansão natural da folha de pagamentos resultante de promoções, colocam as universidades numa situação de estrangulamento orçamentário extremamente perigosa.

Na Unicamp, o Consu, reunido em 18/12/98, aprovou uma série de medidas de contenção de gastos, incluindo contingenciamento das verbas de 95% das vagas, redução em mais 15% o volume de horas extras e fixação de férias coletivas a partir de janeiro do ano 2000, visando reduzir o déficit de R\$ 71 milhões previsto para o orçamento de 99. A Reitoria da Unesp divulgou um documento em fevereiro, fazendo um rápido relato da situação financeira "gravíssima" daquela Universidade e propondo medidas drásticas de contenção de despesas para garantir o pagamento dos salários. Esses fatos colocam em xeque o modelo de autonomia financeira das estaduais paulistas.

Foi após uma longa greve de docentes, funcionários e alunos, em fins de 1988, que o então governador de São Paulo, Orestes Quércia, deu autonomia de gestão financeira para as universidades através do Decreto nº 29.589, editado em 2/2/1989, estabelecendo que aquelas instituições públicas de ensino superior e pesquisa passariam a receber mensalmente 8,4% da quota-parte do ICMS arrecadado que cabe ao Estado. A partir de 1995, o percentual definido foi de 9,57%, índice que vigora até hoje.

Para alguns setores ligados a entidades de classe que participaram da greve, essa iniciativa do governador era uma tentativa de dividir o movimento dos funcionários públicos estaduais, proporcionan-

do reajustes salariais diferenciados para docentes e técnico-administrativos das universidades. Para outros, tratava-se de uma proposta que não poderia ser rejeitada pelos trabalhadores das universidades, uma vez que a autonomia era uma de suas principais bandeiras. De um certo modo, o referido decreto significava uma vitória do movimento sobre o governo. A possibilidade que se abria para as universidades, de gerirem autonomamente seus recursos financeiros livrando-se de práticas clientelísticas e populistas de certos governantes, apontava favoravelmente para a preservação da sua autonomia didática, científica e administrativa.

Nos últimos anos, porém, esse modelo de autonomia — que o MEC parece pretender adotar para as universidades federais — vem revelando, de uma maneira cada vez mais clara, a sua face perversa. Isso se deve ao fato de ser um modelo atrelado apenas a um tributo estadual extremamente vulnerável frente às oscilações da economia, passível de sonegação em larga escala e sujeito a isenções com relação a determinados produtos, em função de necessidades conjunturais da política econômica (Lei Kandir). Além disso, trata-se de um imposto que, devido a uma série de outras distorções, vem se tornando alvo de ataques de setores ligados ao governo que chegam a defender a sua extinção. Para o ex-ministro Máilon da Nóbrega, "o ICMS morreu e é preciso enterrá-lo" (FSP-3/4/98). Desse modo, fica em aberto o futuro da autonomia financeira das universidades paulistas no caso de uma ampla reforma tributária no país. Além disso, o decreto da autonomia estabeleceu que funcionários e docentes aposentados permanecem nas folhas das universidades sem previsão de ampliação proporcional dos recursos orçamentários em função do aumento do número de aposentadorias. Apesar das entidades representativas de docentes e funcionários terem alertado as administrações sobre os riscos que estavam embutidos nesse dispositivo, os reitores aceitaram a proposta sem alterações. Hoje, arcamos com os efeitos ameaçadores dessa medida. O exemplo da Unicamp é contundente com relação a esse aspecto: os gastos com a folha de pagamento dos seus aposentados evoluiu de 2% do orçamento em 1990 para 17% em 1998.

Mas, enquanto o pior não vem, a Universidade continua a sofrer, em escala ampliada, os efeitos nefastos da crise econômica. As últimas previsões quanto à arrecadação para este ano ultrapassam os prognósticos mais pessimistas feitos no ano passado. Setores do próprio governo trabalham com a hipótese de que o PIB deverá cair em até 4% e a inflação deverá ultrapassar a marca dos 10%. Em São Paulo, o governo considera a possibilidade de que neste ano serão arrecada-

dos R\$ 2 bilhões a menos de ICMS do que no ano passado. Neste cenário, a crise financeira das universidades públicas paulistas atingirá patamares dramáticos, com efeitos danosos no plano institucional. Por exemplo, cresce entre os docentes a expectativa de revisão do regime de trabalho de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa (RDIDP), liberando-os para a busca de salários complementares no mercado de trabalho.

No âmbito das administrações, soluções paliativas vêm sendo idealizadas para ampliar a captação de recursos do setor privado, seja através da ampliação de convênios com empresas, seja redefinindo o significado da extensão. Alternativas como essas entram de maneira direta no terreno problemático da relação da universidade com a sociedade. Se implementadas de maneira apressada, podem comprometer os fundamentos da autonomia e, por conseguinte, a natureza do conhecimento produzido pela universidade.

Para inverter esse quadro, devemos concentrar esforços numa ampla mobilização para que possamos reivindicar mais verbas junto ao governo do Estado e sensibilizar a opinião pública com relação à ameaça que paira sobre as universidades públicas paulistas, situadas entre as maiores e mais importantes do país. A propósito, é bom lembrar mais uma vez que o decreto que instituiu a autonomia financeira em questão foi editado logo após uma longa greve de docentes, funcionários e alunos que, dentre outras atividades, organizaram, em outubro de 1988, o ato público "SOS Universidade", fazendo com que o movimento saísse para fora dos campi. O resultado foi extremamente positivo, culminando em grandes manifestações em diversas cidades do Estado, angariando apoio de entidades e personalidades importantes do meio sindical, político e intelectual, e contribuindo para que o movimento passasse a ser visto pela sociedade não apenas como reivindicação salarial de docentes e funcionários, mas como luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Sem dúvida, a demonstração de força por parte do movimento obrigou o governo a responder às reivindicações da comunidade universitária; num primeiro momento, com ações repressivas e, em seguida, com o decreto da autonomia. Talvez fosse oportuno iniciarmos o semestre letivo organizando um ato público com objetivos semelhantes. Precisamos modificar o quadro atual antes que seja tarde.

José Roberto Zan, professor do Instituto de Artes, é presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp)

CARTAS NA MESA



A partir desta edição o **Jornal da Unicamp** abre espaço para o leitor. Através de carta, fax ou e-mail o leitor poderá se manifestar sobre os mais diferentes temas, abordados ou não por este veículo. O jornal se reserva, no entanto, o direito de privilegiar as cartas que tenham interesse público ou institucional.

As cartas serão selecionadas para publicação no todo ou em parte desde que contenham nome completo, assinatura e endereço que permitam a confirmação prévia. Devido às limitações de espaço, serão publicados os trechos mais relevantes quando as cartas não forem suficientemente concisas.

Cartas devem ser encaminhadas para a Assessoria de Imprensa da Unicamp, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo-Campinas-SP - CEP 13081-970 ou pelo fax (019) 289-3848 ou pelo e-mail: imprensa@obelix.unicamp.br

Hobsbawn

A leitura de uma conferência do historiador Eric Hobsbawn, inserida em seu livro *Sobre a História*, fez-me lembrar as dezenas de milhares de jovens estudantes que ingressam neste mês de março em nossas universidades, inclusive na Unicamp. Pensei então que esses jovens abrem diante de si um horizonte tão largo quanto precioso, pois são ainda poucos os brasileiros que têm a sorte de chegar a esse patamar cultural. Gostaria que, se possível, reproduzissem o breve trecho da conferência de Hobsbawn em que ele fala da responsabilidade social do estudante e futuro profissional diante daqueles que, com seu esforço anônimo, contribuem para a sua formação.

O trecho de Hobsbawn é o seguinte:

"Como estudantes dessa universidade, vocês são pessoas privilegiadas. As perspectivas são as de que, como bacharéis de um instituto conhecido e prestigiado, irão obter, se assim escolherem, uma ótima condição na sociedade, carreiras melhores e ganhos maiores que os de outras pessoas, embora não tanto quanto os de prósperos homens de negócios. O que eu quero lembrar a vocês é algo que me disseram quando comecei a lecionar em uma universidade. 'As pessoas em função das quais você está lá', disse meu próprio professor, 'não são estudantes brilhantes como você. São estudantes comuns, com opiniões maçantes, que obtêm graus

mediocres na faixa inferior das notas baixas, e cujas respostas nos exames são quase iguais. Os que obtêm as melhores notas cuidarão de si mesmos, ainda que seja para eles que você estará de lecionar. Os outros são os únicos e precisam de você. Isso não vale apenas para a universidade mas para o mundo. Os governos, o sistema econômico, as escolas, tudo na sociedade, não se destina ao benefício das minorias privilegiadas. Nós podemos cuidar de nós mesmos. É para o benefício da grande maioria das pessoas, que não são particularmente inteligentes ou interessantes (a menos que, naturalmente, nos apaixonemos por uma delas), não têm um grau elevado de instrução, não são prósperas ou realmente fadadas ao sucesso, não são nada de muito especial. É para as pessoas que, ao longo da história, fora de seu bairro, apenas têm entrada para a história como indivíduos nos registros de nascimento, casamento e morte. Toda a sociedade na qual valha a pena viver é uma sociedade que se destina a elas, e não aos ricos, inteligentes e excepcionais, embora toda sociedade em que valha a pena viver deva garantir espaço e propósito para tais minorias. Mas o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro".

LUÍS CARLOS SANAJOTTI,
(comerciante de sebo em Americana)

UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Reitor — Hermano Tavares. **Vice-reitor** — Fernando Galembeck. **Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** — Luís Carlos Guedes Pinto. **Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** — João Wanderley Geraldi. **Pró-reitor de Pesquisa** — Ivan Emílio Chambouleyron. **Pró-reitor de Pós-Graduação** — José Cláudio Geromel. **Pró-reitor de Graduação** — Angelo Luiz Cortelazzo.

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (019) 788-7865, 788-7183, 788-8404. Fax (019) 289-3848. **Home-page** — <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** — imprensa@obelix.unicamp.br. **Editor** — Eustáquio Gomes (MTb 10.734). **Subeditor** — Amarildo Carnicel (MTb 15.519). **Redatores** — Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglione (MTb 13.837), Isabel Cristina Gardenal de Arruda Amaral, Nadir Antônia Platano Peinado (MTb 16.413), Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473) e Roberto Costa (MTb 13.751). Colaboradores: Paulo César do Nascimento (MTb 14.812), Maristela Tesseroli Sano (MTb 22.135) e Maria do Carmo Pagani (MTb 17.631). **Fotografia** — Antoninho Marmo Perri (MTb 828). **Projeto Gráfico** — Amarildo Carnicel. **Ilustração** — Oséas de Magalhães. **Diagramação** — Roberto Costa, Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Editoração Eletrônica** — Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Serviços Técnicos** — Clara Eli de Mello, Dulcinéia Ap. B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Fotolito e Impressão**: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

INSTITUCIONAL

Em pauta a reforma do estatuto

Objetivo é modernizar as leis que regem a vida da Unicamp, além de ajustá-las à nova LDB

Uma década depois de concluído o seu processo de institucionalização, deflagrado nos anos 80, a Unicamp começa a discutir, neste mês de março, o projeto de reforma de seus estatutos. O projeto, que vem sendo preparado desde meados do ano passado e passou à fase de debate público nos últimos dois meses, nasceu da necessidade de adaptar as leis internas da Universidade à nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) recentemente votada pelo Congresso. No entanto, traduz também a proposta da Reitoria para tornar o estatuto mais efetivo e mais próximo da prática acadêmica e administrativa da Unicamp.

Debatido intensamente nas congregações e nas entidades representativas, o projeto tem incorporado numerosas sugestões e já está se encaminhando para uma terceira versão. A essas reuniões a Reitoria tem enviado, a convite das unidades, representantes com a finalidade de esclarecer aspectos da proposta e agregar o máximo de contribuições possíveis à redação da versão final que será enviada, como proposta, para a discussão no Consu.

O projeto busca reduzir o estatuto aos princípios e normas gerais, "deixando para o Regimento Geral e para as deliberações do Consu o detalhamento mais suscetível de superação no tempo, sujeito a reinterpretar e mudanças". Além disso, trata de preencher lacunas que se abriram no texto do estatuto hoje vigente, que pouco diz, por exemplo, sobre as atividades de extensão, que ocupam hoje um espaço definido no cotidiano da Unicamp. Enxuta e ágil, a proposta deixa claro que tanto o Regimento Geral quanto as deliberações do Consu continuarão vigindo naquilo em que não colidam com o novo estatuto, evitando-se assim criar um vazio legal como consequência das simplificações e reduções feitas sobre o estatuto anterior.

Em sua reunião que marcará o início da discussão da proposta, o Consu deverá fixar um cronograma de discussão próprio e no âmbito das congregações. Composto de 124 artigos — 31 a menos que o estatuto vigente — a expectativa é de que venha a ser aprovado ainda neste primeiro semestre. A aprovação de qualquer das alterações sugeridas exigirá, no entanto, maioria de dois terços e, portanto, intensa negociação. A seguir, algumas das alterações mais importantes propostas pelo projeto da Reitoria.

A composição do Consu

A nova LDB determina que os órgãos colegiados deliberativos das universidades tenham em sua composição 70% de docentes, devendo os demais 30% ser preenchidos por representantes da "comunidade institucional, local e regional". Para ajustar-se a esse dispositivo e contemplar todos os segmentos internos e externos, optou-se por ampliar de 63 para 70 o número de membros do Conselho Universitário (Consu), com a seguinte composição: 20 diretores de unidades, 27 representantes docen-



HISTÓRIA. O fundador Zeferino Vaz preside a primeira reunião do Conselho, em 1967

tes, 16 representantes de discentes e funcionários e 5 representantes externos — além do reitor e do vice-reitor. Mantém-se o número total de representantes de servidores e alunos no Consu e reduz-se a bancada externa em um representante.

No contexto da recomposição do Consu, algumas das alterações propostas pela Reitoria têm caráter claramente liberalizante. Por exemplo, os cinco pró-reitores continuariam tendo direito a voz no Conselho, mas perderiam seu direito a voto, uma vez que são indicados e não eleitos.

Finalmente, outras visam a dar maior densidade à bancada docente, como a que altera a forma de eleição dos representantes dessa categoria. Com efeito, dos 27 representantes docentes, 24 seriam representantes da carreira do magistério superior; os três outros seriam eleitos na condição de representantes das demais carreiras docentes, historicamente excluídas das decisões do Consu e que correspondem hoje a 11% dos docentes da Unicamp. Deve-se considerar que, além de ser hoje reduzido o contingente de docentes nos primeiros níveis da carreira (MS.1 e MS.2), a junção proposta dos níveis 4 e 5 reduzirá a carreira docente a apenas três níveis.

Há inúmeras formas para composição da representação docente, segundo o entendimento da Reitoria. Alternativas poderiam ser, por exemplo, a representação por área ou ainda a representação por nível, uma composição destas duas ou mesmo uma eleição universal em que se garanta uma bancada mínima de representantes de professores titulares. Tudo isto tem sido ventilado em várias reuniões em que o assunto foi discutido.

A questão departamental e as congregações

Foi um fato marcante da história universitária brasileira que, nos anos 60, os departamentos tenham substituído a estrutura anacrônica e centralizadora das cátedras. A dinâmica das décadas seguintes demonstrou, entretanto, que a agenda administrativa e acadêmica de muitas das unidades de ensino e pesquisa passou a girar em torno de uma lógica não exatamente departamental, mas sim de um eixo constituído pelas atividades-fim da universidade — o ensino, a pesquisa e a extensão. Muito contribuiu para isso o fato de que, sob a ação das instituições de fomento e dos investimentos direcionados,

essas atividades se tornaram com o tempo verdadeiras instâncias administrativas das unidades, retirando atribuições dos departamentos. Nesse aspecto, a proposta da Reitoria leva em conta que a história das várias unidades acadêmicas mostra que sob a denominação "departamento" se encontram várias estruturas distintas que não correspondem, na prática, à estrutura de departamento prevista na antiga LDB.

Diante da necessidade de mudar, evidência hoje amplamente admitida no meio universitário em geral, a Reitoria propõe uma solução conciliatória na qual as unidades que o quiserem poderão se organizar em torno de estruturas substitutivas do tipo matricial que tenham em um dos eixos as coordenações de graduação, pós-graduação e extensão, e, em outro, estruturas a ser definidas pelas próprias unidades, como por exemplo grupos de pesquisa. A opção de manter a estrutura tradicional, no entanto, continuaria facultativa às unidades que preferirem continuar se organizando em departamentos. As atribuições de uma e outra estruturas seriam remetidas ao Regimento Geral da Universidade e aos regimentos internos das unidades.

Ao estimular a substituição do departamento por funções acadêmicas estruturadas e articuladas entre si, a Reitoria propõe, no fundo, uma concepção de gestão em que o processo de tomada de decisão se dê por interações horizontais e verticais, e não como acontece agora, em que o departamento surge cumulativamente como uma instância a mais no fluxo dos processos numa estrutura puramente piramidal.

Essa alteração terá consequências, naturalmente, na forma de composição das congregações, hoje lastreadas nos departamentos. No caso das unidades que optarem por uma nova estrutura, a congregação seria integrada necessariamente pelo diretor e pelos três coordenadores acadêmicos, ficando sua composição restante a critério de cada unidade, devendo seu regimento interno prever a forma de representação de suas estruturas menores na congregação. Nos casos em que a estrutura departamental for mantida, o novo estatuto continua garantindo a representação paritária dos mesmos. Em qualquer dos casos, entretanto, será indispensável que 70% dos membros sejam docentes, como determina a LDB para os colegiados universitários.

Eleição de diretores

Outra alteração importante se refere à forma de escolha dos diretores de unidade. O critério vigente estabelece a realização de consulta interna e a elaboração de lista tripartite com os candidatos mais votados, sendo a escolha de qualquer deles prerrogativa do reitor. O projeto de reforma mantém a consulta interna nos moldes em que é realizada, mas extingue a lista tripartite e confere à unidade a prerrogativa de indicar o candidato de preferência da comunidade.

Essa decisão tem fundo não só democrático, mas também histórico. Na crônica das eleições para diretores de unidades na Unicamp, raras foram as ocasiões em que os reitores deixaram de indicar o primeiro da lista. Considerou-se, além disso, que a Universidade e as congregações já estão suficientemente amadurecidas para acatar, nesse caso específico, a vontade majoritária da coletividade interna.

Carreira docente e regime de trabalho

Anseio antigo dos professores da Unicamp, juntam-se os níveis 4 e 5 da carreira docente (correspondentes ao livre docente e a professor adjunto, respectivamente), que a rigor nunca apresentaram diferença nítida de atribuição acadêmica ou administrativa. A junção dos dois níveis, que já fora objeto de estudo nos anos 80 ao tempo do primeiro esforço de institucionalização, leva inclusive a um estado de isonomia real com as duas outras universidades estaduais — a USP e a Unesp, que já a incluíram em seus estatutos — no que se refere à progressão na carreira, considerando-se inclusive os interstícios de três anos exigidos entre um nível e outro.

Por outro lado o projeto, ao mesmo tempo que consolida os três regimes de trabalho docentes vigentes na Universidade — de dedicação exclusiva, de turno completo e de turno parcial —, introduz a obrigatoriedade de oito horas-aula semanais por docente (conforme determina a nova LDB) a serem ministradas "em ensino coletivo de graduação, pós-graduação e extensão". A regulamentação da proporcionalidade, da quantificação e da forma como se dará a distribuição dessas aulas será matéria de definição das comissões centrais de graduação, pós-graduação e extensão, que levarão em conta, além de uma homogeneidade desejável entre as três atividades acadêmicas, as especificidades próprias de cada unidade. Permanecem, no contexto do regime de dedicação exclusiva

(RDIDP), as regras que facultam as atividades externas autorizadas.

Criação da Câmara de Extensão

Pela primeira vez as atividades de extensão são contempladas explicitamente no estatuto e valoradas à altura da importância que alcançaram, ao longo dos anos, na prática acadêmica da Unicamp. O projeto procura não só distinguir nitidamente os serviços em relação à atividade educacional de extensão — visando a criar condições mais favoráveis à implementação necessária e urgente das atividades de educação a distância, educação continuada, mestrados profissionais e cursos de atualização e aperfeiçoamento — como também propõe a criação da Câmara de Extensão, que completaria, com a Câmara de Ensino e Pesquisa e a Câmara de Administração, o tripé deliberativo do Conselho Universitário.

No nível das unidades, propõe-se também a criação das coordenadorias de extensão, a exemplo das já existentes para a graduação e a pós-graduação, com função de agilizar os processos da área e oferecer suporte técnico e administrativo aos docentes. O projeto prevê ainda a formação de um fundo para atendimento de demandas sociais na área de extensão.

Criação dos cursos sequenciais

Ajustando-se ao que prevê a nova LDB, a proposta da Reitoria estabelece critérios para a introdução de cursos sequenciais na graduação, ampliando o leque de formação profissional e permitindo que os alunos se qualifiquem em diferentes modalidades profissionais. Segundo define o artigo 20 da proposta, os cursos sequenciais serão "constituídos por disciplinas de um ou mais cursos de graduação", abrangendo "diferentes campos do saber em diferentes níveis", visando à qualificação técnica, profissional ou acadêmica do aluno. A criação de um curso sequencial estará condicionada, no entanto, à disponibilidade de vagas nas disciplinas que possam compor um determinado curso, a critério das unidades.

As revisões futuras

Em suas "disposições transitórias", a proposta de reforma das leis internas da Unicamp prevê desde já a necessidade de rever e adequar aos novos estatutos o Regimento Interno do Consu, o Regimento Geral da Universidade, o Estatuto do Servidor, os regimentos internos das unidades e outras deliberações e regimentos específicos, além de manuais e regulamentos diversos.

O conteúdo dessas "disposições" tem importância particular para os docentes por assegurar a manutenção das prerrogativas dos docentes da parte suplementar e da parte especial da carreira, inclusive o da denominação de suas funções. Aos docentes da parte especial, por exemplo, prevê-se pleno respeito à vigência de seus atuais contratos, ficando sua renovação sujeita aos termos da reforma administrativa recém-votada no Congresso. Cabeiria às unidades, entretanto, realizar um diagnóstico de sua situação nesse caso e propor um cronograma de concursos destinados aos professores da parte especial. (E.G.)



Reitor Hermano Tavares: "Devemos estar preparados para o que venha a acontecer"

Reitor analisa o momento orçamentário

Apesar das dificuldades, a Unicamp alcança o patamar de 35,5% de vagas noturnas e logra aumentar o número de bolsas de pós-graduação

Eustáquio Gomes

Após dois meses de completar seu primeiro ano à frente da Unicamp, o professor Hermano Tavares é também, provavelmente, o primeiro reitor a gerenciar a Universidade num cenário econômico tão adverso e num quadro orçamentário de margens tão estreitas. Buscar o equilíbrio das contas, driblar dificuldades emergenciais e negociar débitos históricos foram, portanto, a preocupação inadiável e prioritária no período — e continuará a ser ao longo de 1999. Para o reitor, "são sobretudo metas acadêmicas as que temos para comemorar".

JU — Que metas o senhor considera que foi possível consolidar nesse período?

Hermano Tavares — Antes de mais nada, é importante que a comunidade da Unicamp esteja consciente da situação em que estamos hoje. E que situação é essa? Ao cabo de 32 anos de existência e de uma década de vigência da autonomia, eu diria que a Unicamp está muito bem do ponto de vista acadêmico mas paralelamente, enfrenta uma situação financeira das mais difíceis, extremamente preocupante, para isto concorrendo componentes estruturais e conjunturais. Isto nos forçou a ter como objetivo central inadiável, neste primeiro ano de administração, o seu ajuste orçamentário. Nossos indicadores acadêmicos continuam crescentes, apresentam boa qualidade e são mesmo comparáveis aos das boas universidades do mundo desenvolvido. Assim, mesmo no mar de dificuldades em que o país se debate, há espa-

ço para algumas notícias gratificantes como a que nos chegou no início de fevereiro, dando conta de que teremos 665 bolsas de mestrado e 433 bolsas de doutorado da Capes em 99, números ligeiramente superiores àqueles que tivemos em 98. Numa atmosfera de crise generalizada, esta é uma notícia minimamente tranquilizadora para a nossa pós-graduação. Todos sabem que o ano que passou foi difícil, que tivemos uma queda orçamentária de 4,5% e não bastasse isso constatou-se o grave problema dos débitos junto ao Ipesp e ao INSS. Várias medidas de economia interna foram tomadas e houve também um certo rearranjo no plano administrativo, de modo a tornar os trâmites mais funcionais e menos onerosos. No entanto eu diria que as metas que podemos festejar até aqui são sobretudo metas acadêmicas.

JU — Neste período o senhor também presidiu o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, o Cruesp. Essas três universidades (Unicamp, USP e Unesp) têm acusado fortes problemas cuja origem está sobretudo na questão orçamentária. A Unesp, por exemplo, acaba de fazer circular um informe interno anunciando medidas emergenciais parecidas com as que a Unicamp vem tomando. Como o senhor analisa a situação dessas universidades hoje?

Hermano — A situação das universi-

dades públicas paulistas não é exatamente igual, mas apresenta inquietações comuns às três. A questão da manutenção dos inativos, por exemplo — que na Unicamp representou um salto de 2% para 17% de comprometimento da folha em dez anos — pode-se dizer que se repete nas outras duas universidades. O problema de gastos com a área de saúde também preocupa e vem merecendo uma atenção especial das três. E não se pode deixar de colocar ainda o problema dos precatórios, que seguramente é mais significativo na USP, mas que pode vir a pesar de maneira expressiva também na Unicamp. Deve-se dizer que muitos desses precatórios, que são obrigações que as universidades têm que honrar junto à Justiça, decorrem de épocas anteriores à autonomia, criando uma situação de difícil contorno jurídico. Tudo isto somado, vê-se claramente que não é mais possível manter o funcionamento das três uni-

versidades nos termos da autonomia outorgada em 1989, mas que é necessário sim fazer modificações que introduzam avaliações rigorosas de um lado e, de outro, um estudo de financiamento para as universidades que tenha a ver com resultados que — colocados como metas — venham a ser efetivamente obtidos e fiscalizados.

JU — O senhor se referiu ao problema com o INSS. O que isso representa num quadro de orçamento insuficiente?

Hermano — Essa questão com o INSS resultou numa vitória e numa situação nova, altamente preocupante. A Unicamp contava desde 1968 com um certificado de filantropia que a isentava de recolher a parcela patronal dos servidores celetistas, que hoje são cerca de cinco mil. Esse certificado foi suspenso em 1994 e desde então, por um erro de interpretação, nos foi imputado um débito que em dezembro de 1998 já su-

perava os 100 milhões de reais. O lado bom da história está em que, depois de muita negociação com o Ministério da Previdência Social, conseguimos a desconsideração desse pretensão débito, realmente uma vitória difícil e rara. A situação preocupante se refere exatamente à perda da prerrogativa de instituição filantrópica e à determinação do Ministério de que passemos a recolher, a partir deste ano, a parcela patronal que é de cerca de 1,5 milhão de reais mensalmente — ou seja, perto de 20 milhões de reais este

ano. Isto torna a situação ainda mais complexa que antes e muitíssimo preocupante num quadro de aperto financeiro extremo como o que atravessamos.

JU — O que traz à baila a questão da autonomia e do modelo de financiamento das universidades públicas de São Paulo. Após dez anos de experiência com a autonomia, o senhor a recomendaria, por exemplo, às universidades federais?

Hermano — A autonomia em si nós devemos aplaudir, até porque se trata de algo adotado hoje, com êxito, em universidades públicas de todo o mundo. Estou convicto de que a universidade pública como um todo caminha nessa direção. No entanto, é preciso reconhecer que a autonomia que nós vivenciamos desde 89 em São Paulo tem defeitos estruturais que não podem ser repetidos nas universidades federais. Como eu disse anteriormente, são defeitos — uma espécie de "pecado original" da autonomia — ligados sobretudo à questão do financiamento de inativos, ao pagamento de precatórios e à forma de administrar as áreas de saúde.

JU — As áreas da saúde, a propósito, há muito planejam implementar seu projeto de captar recursos mediante o atendimento junto a convênios e planos de saúde. Qual é sua opinião a respeito?

Hermano — Sou inteiramente favorável. Uma das conseqüências da crise do financiamento público nos últimos 15 ou 20 anos é que ela resultou no colapso do sistema público de saúde, sobrecarregando fortemente as universidades que mantêm serviços de saúde com uma de-

"Não é mais possível manter o funcionamento das três universidades nos termos da autonomia outorgada em 1989"

manda crescente do atendimento hospitalar.

Ao aumento da demanda se soma o baixo ressarcimento dos serviços prestados por parte do governo. O próprio governo já reconheceu essa insuficiência e está criando os chamados serviços de medicina supletiva, que permitirão que os hospitais públicos, hoje inteiramente mantidos pelo Serviço Único de Saúde, o SUS, possam ampliar seus recursos cobrando dos planos de saúde os serviços eventualmente prestados a seus associados; calcula-se que cerca de 20% do atendimento feito em nossas unidades de saúde envolva associados dos planos de saúde. Para que isso aconteça, estamos dependendo da elaboração de uma tabela de valores que está sendo decidida pelo Ministério da Saúde. De resto, temos tudo: uma lei específica, serviços de primeira ordem e especialistas qualificados em praticamente todas as áreas. Uma vez autorizados, devemos incorporar imediatamente esse mecanismo à nossa prática, pois não é suportável que fiquemos à margem de tais financiamentos.

JU — A questão dos inativos traz à tona o velho tema da criação do fundo de aposentadoria e pensão. Sabe-se que a Reitoria tem feito negociações nesse sentido com o governo do Estado. Em que pé estão essas negociações?

Hermano — Desde meados do ano passado temos trabalhado arduamente sobre duas hipóteses: uma, a criação de um fundo próprio para as três universidades; outra, a inserção das universidades num fundo próprio do Estado. A primeira possibilidade revelou-se de execução inviável, dadas as dificuldades de se contar com uma dotação inicial que não seria pequena — num momento em que as universidades estão financeiramente exauridas. Então a possibilidade maior é que venhamos a integrar o sistema previdenciário do Estado, que já vem se preparando para constituir seu fundo próprio, o chamado “fundo solidário”, possivelmente em 99, já ajustado às modificações na legislação previdenciária do país. Tivemos recentemente, os três reitores, um contato privilegiado com a Secretaria de Administração do governo Covas, que nos colocou a par do estudo mencionado e abriu a discussão para a inclusão, nele, das três universidades. Então é possível que logo tenhamos novidade a respeito.

JU — Se se confirmarem as perspectivas de inflação e de queda do ICMS, a Unicamp será obrigada a tomar novas medidas de contenção?

Hermano — Em situações como esta, joga-se com dois fatores: um, a queda real do ICMS; e outro, a compensação nominal do ICMS através da inflação. Mas na verdade é difícil ter, a priori, uma posição definida sobre isso. A única coisa certa é que devemos estar preparados para o que venha a acontecer. No entanto há algo que precisa ser assinalado. Nessa movimentação do dólar que acabamos de assistir, é seguro que, mesmo que o dólar venha a se estabilizar num patamar entre 1,60 e 1,70 reais, nós teremos de pronto prejuízos consolidados naquelas despesas que são feitas em dólar, basicamente as despesas com importação ligadas, por exemplo, às bibliotecas. No cálculo inicial que fizemos, isso implicará numa quebra orçamentária de 10 a 15 milhões de reais. A perda é significativa se considerarmos que o nosso orçamento atual, antes de qualquer movimento inflacionário, era da ordem de 380 milhões de reais, e que nós já tínhamos perto de 95% desse orçamento comprometido com salários. Então é possível, sim, que periodicamente tenhamos que reavaliar e redimensionar as medidas de contenção já tomadas, além de recorrer a novas, se necessário.

JU — Apesar de todas essas dificuldades, uma de suas metas é ampliar o número de vagas na graduação. Como isso será possível num quadro de tamanha escassez de recursos?

Hermano — É minha convicção que, apesar da escassez de recursos, o número de vagas na graduação, precisa ser ampliado a todo custo. Há um reclamo social do qual não podemos fugir. Nos contatos que mantive em todos os níveis, no plano do executivo, do legislativo e com a própria coletividade, especialmente ao longo do último ano, pude sentir muito claramente essa expectativa. Primeiro porque há uma pressão muito grande do segundo grau por mais vagas no ensino superior — e essa demanda não pode ficar eternamente reprimida; para atendê-la o governo trabalha com um aumento de duas vezes e meia a três vezes o número de vagas universitárias nos próximos dez anos. Segundo porque o país tem realmente um número muito baixo de estudantes universitários, apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos, quando na Bolívia essa taxa é de

20%, de 21% no Chile e de 26% na Venezuela. Então eu creio que a maneira mais clara da universidade se mostrar disposta a trabalhar para a sociedade é aumentando o número de vagas, tanto na graduação como na extensão. Deixo de me referir à pós-graduação pelo fato de já ser um sistema que vem apresentando resultados invejáveis, bem acima de qualquer expectativa latino-americana. E sou da opinião de que a extensão pode e deve experimentar uma expansão ainda mais vigorosa, passando das 15 mil matrículas atuais para próximo do dobro no ano 2000. Agora, quanto à graduação, que é objeto desta pergunta, sem dúvida estudaremos todos os mecanismos possíveis que permitam um maior acesso à universidade, seja através do aumento de vagas no vestibular, seja implementando mecanismos de pronto preenchimento de vagas remanescentes ou mesmo criando cursos sequenciais, que são um instigante desafio que teremos de enfrentar nos próximos anos.

JU — Ainda nessa linha de raciocínio, que outras metas a Unicamp tem em perspectiva para o horizonte dos próximos três anos?

Hermano — A Unicamp deve continuar como pólo de pesquisa e de incentivo à pesquisa na região e no Estado. Não podemos perder de vista nossa vocação histórica, sempre ajustando-a, naturalmente, aos novos cenários. Sabemos que desde 1970, quando o país voltou suas atenções para o desenvolvimento da pesquisa, o fez principalmente através da fixação de cursos de pós-graduação — uma política de qualificação que se pode dizer vitoriosa. Nesse contexto, a região de Campinas assumiu uma posição destacada e a Unicamp, juntamente com a Puccamp, passou a ser

"É minha convicção que apesar da escassez de recursos o número de vagas na graduação precisa ser ampliado"

o carro-chefe desse empreendimento. Já estavam aqui os institutos estaduais de pesquisa, como o já centenário Instituto Agrônomo, o Instituto de Tecnologia de Alimentos, o Instituto de Zootecnia de Sumaré, as unidades da Embrapa e outros que estou deixando de citar. Mais recentemente, na esteira do surgimento da Unicamp, vieram a ser criadas outras importantes unidades de pesquisa na cidade, como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, o Centro de Tecnologia de Informática e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. E não foi por acaso que estes centros se instalaram aqui. Eles o fizeram porque Campinas contava com duas universidades de porte, capazes de prover recursos humanos e respostas técnicas aos problemas que suas pesquisas demandavam. Criou-se aqui então o que se chama um complexo científico-tecnológico. Infelizmente é preciso reconhecer que se nada fizermos esse complexo tende a encolher e a perder importância. Vários desses institutos já não têm hoje o mesmo vigor de antes, enquanto outros estão sendo esvaziados ou “secados”. Portanto é um momento difícil e eu estou convicto de que cabe à Unicamp, como universidade e como instituição geradora de conhecimentos, de idéias, como entidade que deve discutir as perspectivas e o futuro da sociedade brasileira, atuar para que essa situação não se agrave. Chegamos talvez ao ponto em que a Unicamp é não só um pólo de pesquisa mas também um pólo de resistência ao enfraquecimento da estrutura de pesquisa na região, e isto num momento em que se consolida universalmente o conceito de que o domínio do conhecimento é hoje o principal fator de produção. Isto significa que se o país pretende alterar para melhor sua situação social, de modo algum poderá descartar o esforço tecnológico. Claro que a situação econômica adversa que vivenciamos, ao direcionar os investimentos para causas emergenciais, trabalha impiedosamente contra essa política de desenvolvimento. No entanto acreditamos que existam no governo, tanto no nível federal quanto no estadual, focos de pensamentos que atuam nessa mesma direção que acabo de expor.

JU — A Unicamp pôs em marcha uma reforma geral de seus

estatutos. Qual é o propósito dessa reforma?

Hermano — Antes, uma informação cronológica. Em 1996 foi aprovada no Congresso Nacional a nova Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, que é uma lei de hierarquia alta, imediatamente abaixo da Constituição. Essa lei contém parâmetros aos quais nós não nos adequamos ainda. O Conselho Estadual de Educação, a quem cabe agora conduzir essa adequação no nível do Estado, determinou que as universidades fizessem a sua parte até 28 de fevereiro — prazo que estamos tentando prorrogar, mas sem a garantia de que o consigamos. De todo modo é indispensável que venhamos a fazer uma alteração nos nossos estatutos. Essa alteração é um processo trabalhoso, que exige quorum qualificado do Conselho Universitário, isto é, sua aprovação por dois terços dos membros; em seguida tem de ser votada pelo Conselho Estadual de Educação e pela Assembléia Legislativa, para finalmente vir a ser sancionada pelo governador. Ora, não se faz uma reforma de estatuto a cada dois anos, é algo que demanda um acúmulo de questões a serem debatidas para que ela seja justificada. Então aproveitamos o fato de que tínhamos de nos adequar às novas regras da Lei de Diretrizes e Bases e fizemos uma proposta de modernização de diversos pontos do estatuto. É claro que o tempo foi de fato exíguo para se chegar a conclusões de tal monta, entretanto não há como descartar a necessidade de um esforço para chegarmos a esse ponto. Espero que sejamos capazes de atender aos prazos que nos foram determinados.

JU — Quais são as alterações mais importantes?

Hermano — Das alterações decorrentes da LDB, um ponto importante é aquele que determina que os conselhos deliberativos (onde se inclui o nosso Conselho Universitário) devem ter pelo menos 70% de participação docente; outro é o que fixa a carga didática semanal de um professor em oito horas. Estes são os pontos que possivelmente farão diferença na dinâmica da universidade e em seu andamento político. Das modificações apresentadas pela Reitoria, creio que se destacam aquelas que propõem a dispensa da lista tríplice na eleição de diretores, a não inclusão dos votos dos pró-reitores nas decisões do Conselho Universitário e a proposta de uma organização acadêmica mais moderna, não necessariamente departamental, no interior das unidades de ensino e pesquisa.

ENTREVISTA: RICARDO CARNEIRO

Qual é o tamanho da crise?

Como ficam as universidades e o setor público em geral com o agravamento da crise



ecém-vindo de um pós-doutoramento na Universidade de Londres, onde desenvolveu tese sobre o fluxo de capitais internacionais, o economista Ricardo Carneiro divide seu tempo entre as aulas de economia brasileira contemporânea e a direção do Centro de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. É também editor da revista Economia e Sociedade, do próprio instituto. Atento ao processo de liberalização da economia ao longo da década, Ricardo faz aqui uma análise do impacto da recente crise cambial e do risco que representa para os trabalhadores em geral e para o setor público em particular a recessão que se anuncia.

Jornal da Unicamp — Há uma certa unanimidade quanto ao fato de que a turbulência econômica por que passa o país representará uma forte redução da atividade produtiva e, conseqüentemente, da arrecadação e do emprego. O senhor concorda com isso?

Ricardo Carneiro — Sem dúvida. O que se discute hoje não é a iminência ou não da recessão, mas sim o tamanho da recessão. E esse tamanho vai depender de um conjunto de variáveis, ou seja, em que ponto vai se dar a estabilização do câmbio (se é que vai haver uma estabilização), como os preços internos vão se comportar e onde vai parar a taxa de juros. Mas certamente há um consenso entre os economistas, independentemente da corrente a que pertençam, de que essa mudança de preço do dólar vai afetar a renda das pessoas, do país e o emprego. O significado mais amplo dessa mudança de preços relativos, que é a desvalorização cambial, é na verdade o empobrecimento de todos os que recebem em moeda nacional.

JU — Mas a desvalorização não vai permitir um aumento das exportações e, portanto, também da atividade econômica?

Ricardo — O primeiro fato evidente que se segue à desvalorização da moeda é que todos os bens importados ficam mais caros, de produtos acabados a matérias-primas. No entanto é também verdade que, mais lá na frente, digamos no prazo de seis meses a um ano, o país poderá obter algumas vantagens com a desvalorização. Uma delas é que se vai exportar mais, porque os

produtos brasileiros ficaram mais baratos lá fora. Você pode perguntar por que esse benefício não é imediato. Não é imediato porque perdemos muitos mercados devido à sobrevalorização da nossa moeda e também porque o processo de abertura feito na economia nesses últimos anos, tanto financeiro como comercial, reduziu em muito a capacidade de produção da indústria. Nesse caso, veja só, enfrentamos inclusive o problema de não se ter oferta. Em alguns casos o país até mesmo vai ter de montar uma nova capacidade produtiva, porque há setores que

fato de que o comércio internacional está crescendo pouco. Vários de nossos concorrentes diretos também tiveram sua moeda desvalorizada. Além disso, nos últimos anos, por conta da perda de competitividade da indústria, nós concentramos nossas exportações em países pobres, especialmente os do Mercosul. Não é que as exportações não possam crescer, elas vão crescer, mas o fato é que perdemos espaços importantes na Ásia e na Europa, e isso não vai ser fácil de recuperar. A outra questão é que a receita não se recupera na mesma medida

“Se as universidades não tomarem providências agora, seguramente terão que tomar medidas emergenciais muito mais duras”

praticamente se extinguíram. Então é natural que num primeiro momento a desvalorização do real impacte mais os preços do que a produção.

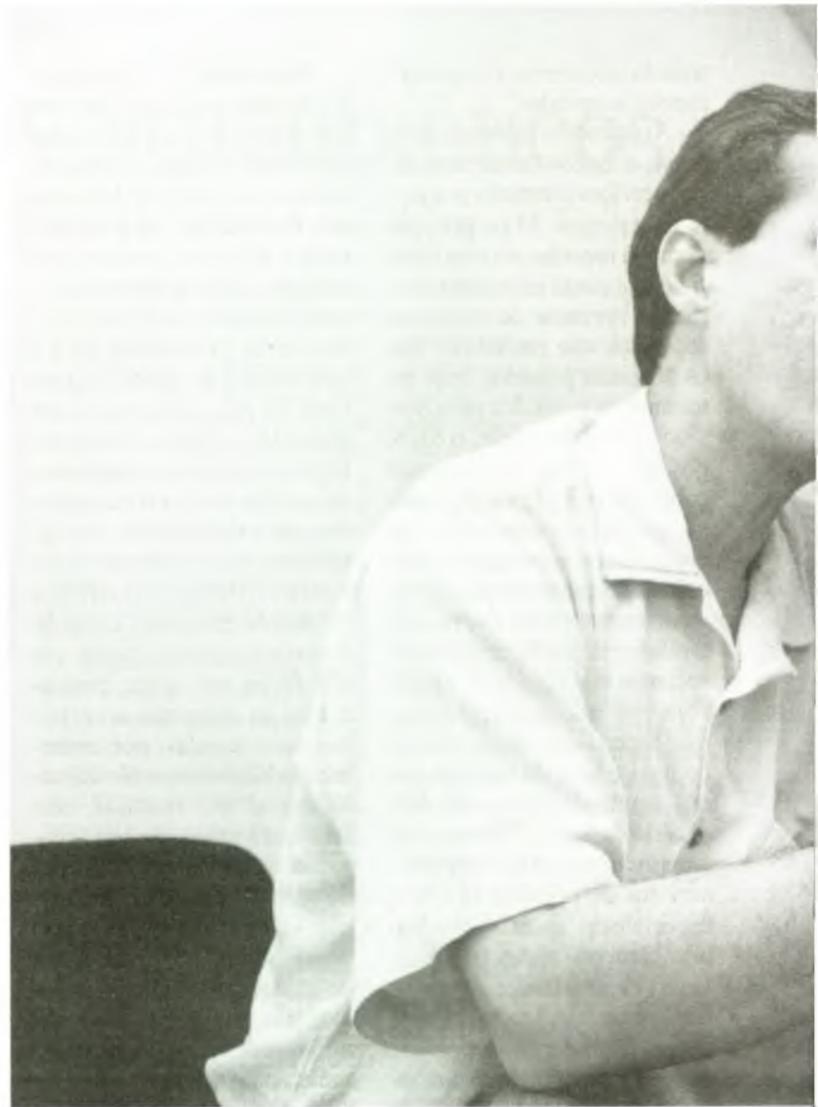
JU — Isto significa que, não havendo aumento de exportação para já, a atividade produtiva tende a cair e com ela a arrecadação tributária?

Ricardo — Infelizmente sim. Mesmo que houvesse uma rápida resposta das exportações, ela seria insuficiente para compensar a queda da demanda interna. Além disso, a lentidão na recuperação das exportações dever-se-á também ao

das exportações. Há uma razão para isso: é que a atividade exportadora tem menor incidência tributária do que a atividade para mercado interno. Tem-se naturalmente uma recuperação do emprego com o incremento da atividade exportadora, mas não uma recuperação tão rápida da receita tributária.

JU — Quais são as causas básicas da crise instalada?

Ricardo — As pessoas em geral são levadas a crer que uma vez resolvida a questão do câmbio também se resolve, num passe de mágica, todo o



Ricardo: “O significado mais amplo da desvalorização é o emp

resto. Não é assim. O câmbio é apenas uma questão e não necessariamente a mais importante delas. É fato que o câmbio estava sobrevalorizado, mas as causas mais profundas da crise estão na política de liberalização do fluxo de capitais e de mercadorias, executada sempre de acordo com a chamada agenda liberal e com a adesão ao processo de globalização. O Brasil embarcou nessa e eu diria que de uma maneira muito pior que a dos países asiáticos. Por sua dimensão continental e sua estrutura produtiva, a integração produziu aqui resultados piores. O que houve na Ásia foi um processo de integração no processo global muito mais virtuoso do que o caso brasileiro e latino-americano, já que sua principal fonte de absorção de capitais foi o investimento direto. Isso tem a ver com a posição do Japão, com a sua liderança tecnológica e com a formação da economia regional da Ásia. Portanto a raiz da crise brasileira atual é mais profunda do que o problema do câmbio ou o simples manejo de variáveis macroeconômicas. A rigor o processo de integração desestruturou a nossa economia.

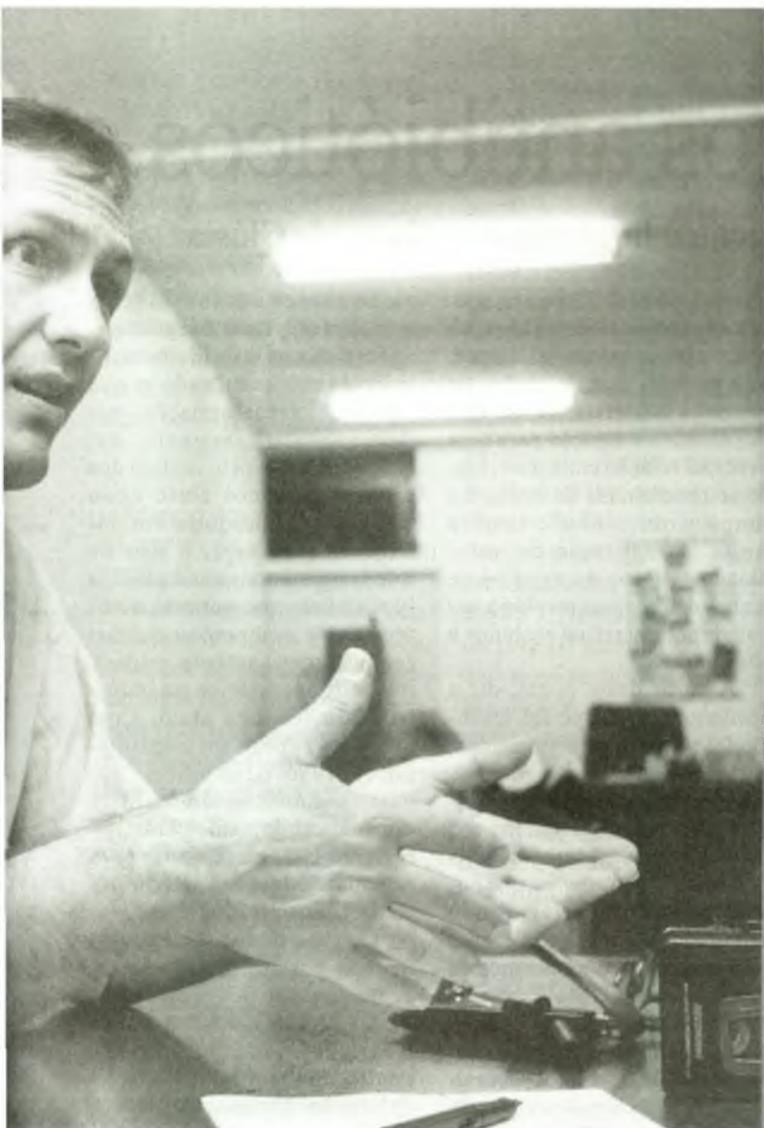
JU — Por seu elevado nível de industrialização, o Estado de São Paulo não estaria em condições de reagir melhor à crise?

Ricardo — Ao contrário. No Estado de São Paulo os efeitos da abertura econômica foram muito piores, exatamente por concentrar o núcleo mais importante da indústria brasileira, em particular a de bens de capital. Basta lembrar que o coeficiente de importação nessa indústria, que era de 20% a 25%, saltou para 75%. Consi-

derando-se algumas regiões do Estado, o que se teve de fato foi uma desindustrialização, com o desmonte de setores específicos da indústria. Do ponto de vista do mercado de trabalho, por exemplo, os anos 90 foram uma tragédia no Estado. É preciso considerar que além do aumento fortíssimo das importações — o que significa que exportamos empregos — houve também uma modernização tecnológica localizada de grande intensidade, conjuntamente com mudanças de processos organizacionais que em geral economizaram muita mão-de-obra. Então no emprego formal foram destruídos milhões de postos de trabalho. Por outro lado o nível de informalidade aumentou, o nível de remuneração caiu e o mercado absorveu muito menos gente que nas duas décadas anteriores. Nesse contexto, a crise vem piorar bastante a situação, porque corremos o risco de uma recessão em cima de um quadro já gravíssimo. Eu diria que será muito pior hoje do que foi, por exemplo, entre 81 e 83, quando ocorreu o chamado ajuste da dívida externa, a década perdida. Hoje é pior porque se parte de um patamar de emprego e de renda bem inferior ao daquela época.

JU — Com que intensidade isto pode se refletir na arrecadação tributária?

Ricardo — Tudo isso bate direto na arrecadação tributária. Mesmo que não houvesse um quadro de recessão aguda, não se deve esquecer que os setores de exportação — que são aqueles capazes de uma compensação produtiva — pagam menos impostos do que os que produzem para o mercado interno. Em suma, a receita tenderá a cair por duas razões: primeiro porque a massa salarial vai diminuir — os salários em geral não estão indexados e na melhor das hipóteses teremos neste ano uma inflação em torno de 30% a 40%; segundo



brechimento de todos os que recebem em moeda nacional"

camente há uma folga para o Estado, mas obviamente à custa dos bens e dos serviços que o Estado paga, inclusive salários. Assim, em contrapartida haverá um claro prejuízo para os salários, pois a retomada da inflação será muito rápida; e a reindexação salarial, se houver, vai demorar. Em resumo, as receitas públicas caem mas suas despesas caem ainda mais rapidamente, o que obviamente não parece ser uma solução consistente com a preservação da qualidade do serviço público.

JU — É possível imaginar o impacto da retração econômica no setor público?

Ricardo — É possível imaginar a partir do que já estamos vendo. A moratória formal de Minas e a moratória branca de outros estados não querem dizer outra coisa. Na verdade há poucos estados pagando a dívida com a União. São Paulo, que havia obtido uma trégua com o governo federal mas que a partir deste ano volta a pagar 13% de sua receita líquida, terá de fazê-lo com a arrecadação caindo. Terá de ajustar suas despesas reduzindo-as em termos absolutos devido à rápida queda da receita tributária. Não é simples apesar do mecanismo de desvalorização das despesas apontado anteriormente. A posição do governador Covas tem sido crítica em relação à postura de

Itamar, mas na verdade a situação de São Paulo é tão ruim quanto a de Minas. Segundo dados publicados recentemente na imprensa, em ambos os estados a folha salarial e o pagamento da dívida consomem mais de 95% da receita.

JU — Nesse cenário, como ficam as universidades estaduais paulistas, que mesmo antes da crise do câmbio já estavam com dificuldade de fechar seus orçamentos?

Ricardo — Pois é, as administrações de nossas universidades estão diante do desafio de gerir em plena recessão instituições que já vinham convivendo com pro-

blemas estruturais gravíssimos. Eu diria mesmo que se não forem tomadas medidas profundas, já, as três universidades correm o risco de quebrar. Mesmo uma análise a distância da evolução orçamentária da Unicamp, por exemplo — afinal as contas têm sido divulgadas —, mostra que poderemos ter percalços seriíssimos no futuro imediato. Se a recessão se aprofundar na proporção em que se anuncia, com quedas sucessivas nos níveis de

arrecadação, como aliás já vem acontecendo desde o ano passado, não vejo como a universidade possa atravessar 1999 sem sobressaltos. E quando digo sobressaltos me refiro à sua capacidade objetiva de saldar compromissos, inclusive salariais. Então, se as universidades não tomarem providências num prazo relativamente curto de tempo, seguramente terão que tomar medidas emergenciais muito mais duras. Eu penso que um começo de solução seria atacar já os dois problemas que reputo como os mais significativos: a questão dos inativos e a questão do financiamento da área hospitalar. Como se sabe, as universidades estaduais paulistas são as únicas instituições públicas do Estado a arcarem com o pagamento de inativos em seus orçamentos — e este saltou em dez anos de 2% para 17% da folha na Unicamp e continua a se expandir rapidamente. E a área hospitalar sofre uma sobrecarga de demanda que não vem sendo coberta satisfatoriamente pelo financiamento federal, tudo isso agravado pelo colapso progressivo do sistema público de saúde e do descredenciamento da maioria dos hospitais privados em relação ao Sistema Único de Saúde, o SUS. O peso desse desequilíbrio recai sobre o orçamento da Unicamp, do qual a área hospitalar absorve aproximadamente um terço. É preciso portanto enfrentar esse problema de forma urgente. **(Eustáquio Gomes)**

“Eu penso que um começo de solução seria atacar já dois problemas: a questão dos inativos e a questão do financiamento hospitalar”

blemas estruturais gravíssimos. Eu diria mesmo que se não forem tomadas medidas profundas, já, as três universidades correm o risco de quebrar. Mesmo uma análise a distância da evolução orçamentária da Unicamp, por exemplo — afinal as contas têm sido divulgadas —, mostra que poderemos ter percalços seriíssimos no futuro imediato. Se a recessão se aprofundar na proporção em que se anuncia, com quedas sucessivas nos níveis de

blemas estruturais gravíssimos. Eu diria mesmo que se não forem tomadas medidas profundas, já, as três universidades correm o risco de quebrar. Mesmo uma análise a distância da evolução orçamentária da Unicamp, por exemplo — afinal as contas têm sido divulgadas —, mostra que poderemos ter percalços seriíssimos no futuro imediato. Se a recessão se aprofundar na proporção em que se anuncia, com quedas sucessivas nos níveis de

blemas estruturais gravíssimos. Eu diria mesmo que se não forem tomadas medidas profundas, já, as três universidades correm o risco de quebrar. Mesmo uma análise a distância da evolução orçamentária da Unicamp, por exemplo — afinal as contas têm sido divulgadas —, mostra que poderemos ter percalços seriíssimos no futuro imediato. Se a recessão se aprofundar na proporção em que se anuncia, com quedas sucessivas nos níveis de

porque, em razão da queda da massa salarial, os setores que produzem para o mercado interno terão a sua demanda diminuída. Se você imaginar que esses setores possam recuperar parcialmente essa perda exportando, mesmo assim o efeito perverso sobre a carga tributária permanece, porque, como eu disse antes, quem exporta não paga ICMS.

que um contexto inflacionário é melhor para quem sobrevive de percentuais de arrecadação, como as universidades. Embora seja um raciocínio perverso, não seria um dado a considerar?

Ricardo — Para o Estado pode até ser bom, porque as suas despesas não estão indexadas e se desvalorizam em termos reais, enquanto a receita aumenta. Então teori-

JU — Mas há quem afirme

Universidades tomam medidas de contenção

Para tentar reequilibrar seus orçamentos, seriamente ameaçados pela queda do ICMS e por problemas estruturais crônicos, as universidades estaduais paulistas — Unicamp, USP e Unesp — tomaram nos últimos meses várias medidas de contenção de despesas.

A USP, por exemplo, suspendeu toda e qualquer contratação de pessoal docente e não docente até 15 de abril, inclusive aquelas que já estavam em andamento. A mesma medida já havia sido tomada pela Unicamp em dezembro último, quando o Conselho Universitário determinou um contingenciamento de 95% das contratações de pessoal, ampliado para 100% em janeiro.

Entre as principais medidas de contenção adotadas pela Reitoria da Unicamp desde junho de 1998 constam a redução, até aqui, de aproximadamente 60% das horas extras praticadas na universidade, a revogação de 1.300 gratificações, a redução do subsídio à alimentação de estudantes (preservando-se, entretanto, o programa de bolsas-alimentação para os alunos carentes) e diversas ações visando a obter maior economia no consumo de água e energia.

Mesmo com essas medidas, a Unicamp prevê um déficit orçamen-

tário de R\$ 45 milhões para este ano. O desempenho da arrecadação nos dois meses iniciais do ano confirmaram as preocupações. Em janeiro, por exemplo, o repasse à Unicamp foi 0,47% inferior ao mesmo período do ano passado e 6,78% inferior a janeiro de 1997; em fevereiro, a queda foi de 3,56% em relação a 1998 e de 12,78% em relação a 1997. O déficit foi agravado em dezembro último pela perda definitiva da prerrogativa de entidade filantrópica, de que a Unicamp gozava desde 1968, o que a obriga a passar a recolher, a partir deste ano, a parcela patronal referente a seus cinco mil servidores celetistas. Para tentar encontrar uma solução adequada a esta difícil situação, o Conselho Universitário aprovou a criação de um fundo especial visando à obtenção de recursos de várias fontes, inclusive extra-orçamentários e adicionais proveniente originados de negociações com autoridades públicas. Para a formação desse fundo criou-se um grupo de trabalho presidido pelo pró-reitor de Desenvolvimento, professor Luís Carlos Guedes Pinto.

Unesp — Em comunicado di-

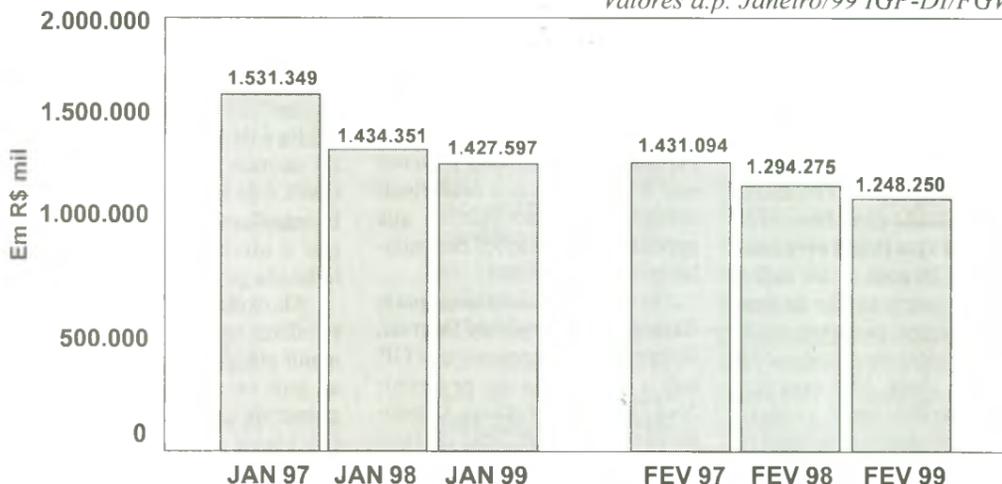
rigido a suas unidades de ensino e pesquisa no início de fevereiro, o reitor da Unesp, professor Antonio Manuel dos Santos Silva, classificou de “gravíssima” a situação das três universidades. Nesse informe, o reitor anunciava a suspensão de todas as horas extras por tempo indeterminado e, no plano hospitalar, transferia o pagamento dos plantões médicos para os recursos extra-orçamentá-

rios. No mesmo pacote de medidas, a Reitoria da Unesp anunciava a realização de entendimentos com fornecedores para a renegociação de contratos de prestação de serviços e de compra de bens, a suspensão de todos os investimentos que implicam recursos orçamentários do Tesouro e a redução da liberação de adiantamentos financeiros internos em apenas 33% de seu valor integral.

Entre outras medidas em estudo pela Unesp e que poderão vir a ser tomadas, constam a suspensão de novas contratações, a redução do número de gratificações de docentes e não docentes e o pagamento direto do vale-refeição aos servidores como forma de eliminar a taxa de administração da empresa prestadora desse serviço. **(E.G.)**

Comparativo da Arrecadação do ICMS (cota-parte do Estado) nos períodos Jan-Fev de 1997 a 1999

Valores a.p. Janeiro/99 IGP-DI/FGV



INTERDISCIPLINARIDADE

Estudo pode levar a novos antibióticos

*Biólogos e químicos pesquisam a relação entre as abelhas *Trigona* e *Euglossa* e as flores de *Clúsia**

O interesse em explicar a relação química entre as abelhas *Trigona* e *Euglossa*, que coletam resinas florais, e não o pólen ou néctar das flores de *Clúsia*, gênero de plantas estritamente neotropicais, uniu professores e alunos dos Institutos de Química e de Biologia (IB) da Unicamp em um estudo científico que poderá resultar na descoberta de novos antibióticos e medicamentos.

A linha de pesquisa teve início há seis anos, quando o botânico e especialista em *Clúsia* Volker Bittrich e a também botânica Maria do Carmo Amaral, professores do Instituto de Biologia (IB), contataram Anita Marsaioli, professora do Instituto de Química (IQ) e especializada em química dos produtos naturais, para encontrar nessa ciência a resposta para uma série de questões, entre elas a de qual seria a composição química dos voláteis emitidos pela planta e se esses compostos atraem as abelhas. Outras questões para as quais procuravam resposta eram a função exercida pelas resinas florais de *Clúsia* na vida dessas abelhas e a composição química da resina.

Para responder à primeira questão, explica Anita Marsaioli, foram realizados experimentos na Fazenda "Santa Elisa", do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), onde existe população de *Clúsia* e foi possível constatar que os aromas florais da planta



Anita Marsaioli: estudo de atividades antimicrobianas

atraem efetivamente as abelhas *Trigona*. "O estudo em 16 espécies da planta revelou que seus aromas são constituídos em maioria por mono e sesquiterpenos, compostos que exercem reconhecida atração sobre as abelhas. Ao desvendar a composição química das resinas coletadas, explica a professora, constatou-se que eram quase totalmente constituídas de benzofenonas poliisopreniladas. Esses compostos, esclarece, apresentaram atividade bactericida e fungicida de acordo com testes realizados no próprio laboratório de Anita. "Segundo a literatura, a clusianona,

um dos componentes dessas resinas, também apresenta atividade microbiana e anti-HIV", ressalta.

Aplicação — Um passo posterior do trabalho foi constatar a utilização das resinas coletadas pelas abelhas na construção de seus ninhos. A partir de amostras de ninhos construídos próximos de diversos espécimes de *Clúsia*, foram feitas análises químicas para confirmar que as resinas florais dessas plantas eram usadas na construção dos ninhos. Durante as análises foi possível constatar

que os ninhos de *Trigonas*, apesar de serem construídos no chão, apresentavam-se limpos, sem grandes manifestações de fungos e bactérias. "Esse fato nos chamou a atenção para uma eventual relação entre a atividade antimicrobiana da resina e a limpeza do ninho", lembra Anita. A realização de testes bioautográficos de extratos de ninhos de *Trigonas* revelou a atividade antimicrobiana atribuída à clusianona.

A partir desse ponto, diz a professora, a equipe foi levantando outros questionamentos, entre eles o de quais seriam os microorganismos que sobrevivem à ação antimicrobiana das benzofenonas. Assim, alguns exemplares de *Trigona* que coletavam resinas florais foram capturados em frascos estéreis e tiveram os microorganismos de seus corpos isolados. Isso permitiu isolar perto de 30 microorganismos, em sua maioria fungos do tipo *Trichoderma*, *Aspergillus* e *Demateaceos* (ainda em processo de identificação), que secretam substâncias com grande atividade bactericida. Os microorganismos foram isolados com a colaboração dos microbiologistas Gilson Manfio e Sílvia Eguchi, da Fundação Tropical "André Tosello".

Biocatálise — A resposta para uma das perguntas geradas com o avanço do trabalho vem sendo alvo de novos estudos da equipe. "Queremos ago-

ra conhecer as substâncias exsudadas pelos fungos que apresentaram atividade antimicrobiana acentuada e que tipo de biotransformações podem executar", assinala. Assim, a incursão pelo mundo dos microorganismos abriu novo horizonte na pesquisa em andamento, ou seja, o uso de microorganismos em síntese, a biocatálise, que permite a obtenção de compostos quirais (enantiomericamente puros), insumos necessários na indústria farmacêutica atual. Com apoio da Fapesp foi implantado, em 1996, o laboratório que avalia o potencial biocatalítico dos microorganismos brasileiros, uma linha de pesquisa pouco usual no Instituto de Química da Unicamp.

O grupo de pesquisas coordenado por Anita uniu-se recentemente ao dos professores Paulo Moran e José Augusto Rodrigues, também do IQ, e com reconhecida atuação na aplicação de *Saccharomyces cerevisiae* em síntese, para consolidar a pesquisa em biocatálise utilizando os mais diversos microorganismos disponíveis na coleção de culturas da Fundação "André Tosello" e outros isolados em ambientes extremos. Esses últimos, ressalta a professora, permitirão avaliar a presença de enzimas do tipo "extremoenzimas", as que são ativas em condições pouco usuais, por exemplo, de pH e de temperatura, entre outras. (M.C.P.)

PREVENÇÃO

Pesquisadora avalia incidência de cárie

Levantamento feito na cidade de Piracicaba mostra que o índice está dentro dos parâmetros estabelecidos pela OMS

Antônio Roberto Fava

A estatística ainda assusta: numa lista de 193 países, elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil permanece entre os 30 com maior índice de CPO-D (soma média de dentes permanentes, cariados, perdidos e obturados) em crianças com 12 anos de idade. Mas esse perfil vem melhorando gradativamente, tomando-se por base os números verificados na cidade de Piracicaba, onde o índice de CPO da criança é de três a quatro dentes, quando a OMS determina que essa marca seja menor ou igual a três.

A professora Dagmar de Paula Queluz, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), pesquisou 925 escolares de ambos os sexos, sendo 700 de instituições públicas e 225 de particulares, e verificou que as crianças de 12 anos de idade apresentavam uma média de CPO de três a quatro dentes, índice significativamente menor em relação

aos adolescentes até 18 anos com média de sete dentes na boca. Nas escolas particulares a pesquisadora pôde comprovar que a média de quatro dentes cariados, perdidos ou obturados é menor que a verificada nos estabelecimentos de ensino público que apontaram CPO de 5,7 nos escolares de 12 a 18 anos.

Esses resultados fazem parte da tese de doutorado de Dagmar, defendida recentemente na FOP, sob a orientação do professor José Roberto Lovadino. O estudo procurou identificar os fatores que influem na prevalência de cárie e verificar a atuação dos dentistas em relação aos aspectos preventivos e educativos em crianças com idade escolar. "Constatamos que só uma minoria de escolares conhece ou já usou métodos preventivos consagrados como a aplicação tópica de flúor, bochecho com flúor e o fio dental", avalia a pesquisadora.

Prevenção — Segundo a pesquisadora, no entanto, a saúde bucal da população de Piracicaba não se deve necessariamente ao

número de dentistas que a cidade tem. Isso porque a relação dentista/habitante no Brasil é de 1 para 1.142, e em Piracicaba a média é de 1 para 445. "O ideal, de acordo com estimativa da OMS, é de 1 dente para 1.500 habitantes", revela. Ou seja, a relação é ainda melhor do que a indicada pela OMS.

Ela explica, no entanto, que os escolares tendem a necessitar de maior atenção do próprio dentista, pois os métodos preventivos como bochecho com flúor (16,1%) e aplicação tópica de flúor (18,9%) estão sendo utilizados por um reduzido número de crianças e, além disso, o ensino da escovação é passado pela mãe da criança e não pelo dentista, como era de se prever. Para Dagmar, "o declínio na prevalência e na severidade da cárie dentária verificado em Piracicaba está associado a métodos preventivos implementados no município, destacando-se a fluoretadação da água que abastece a cidade. Também está relacionado à utilização de dentifícios fluoretados e aos programas preventivos, como ensino da escovação, profilaxia, aplicação



Dagmar: métodos preventivos reduzem índices da cárie

de flúor, selante de fissuras e palestras educativas sobre a saúde odontológica", explica a pesquisadora.

A utilização do flúor é importante porque ele fortalece e recompõe o esmalte do dente, impedindo o desgaste e inibindo a ação corrosiva das bactérias que causam a cárie. Sua aplicação é considerada medida simples, eco-

nômica, segura e eficaz para reduzir cáries em todas as faixas etárias da população. "Isso pode ser demonstrado através de estudos em comunidades que consomem água fluoretada em concentrações ideais, sem interrupção, chegando a apresentar uma considerável redução de 50% a 60% nos níveis de cáries dentárias", ressalta Dagmar.

RECONHECIMENTO

Pós-graduação já atrai aluno europeu

O estudante sueco Florian Burmeister escolheu a Unicamp para fazer sua pesquisa de mestrado

O reconhecimento internacional alcançado pelo Instituto de Física da Unicamp "Gleb Wataghin" (IFGW) através do programa de pesquisas desenvolvidas em seu Laboratório de Pesquisas Fotovoltaicas (LPF), tem atraído alunos de diferentes partes do mundo. A opção do estudante sueco Florian Burmeister, da Uppsala Universitet, em realizar as pesquisas de mestrado utilizando-se da infra-estrutura do LPF é uma comprovação disso. Sua vinda para a Unicamp, onde esteve durante oito meses para desenvolver as pesquisas para a sua dissertação, explica o co-orientador, professor David Comedi, foi estimulada por seu orientador sueco, o professor Claes-Göran Granqvist, conhecedor dos trabalhos científicos realizados pelos professores do LPF e apresentados frequentemente em congressos internacionais.

A permanência do estudante em Campinas foi financiada por meio de bolsa concedida pela Centrala Studiestödsnämnden e Internacional Science Programs, que demonstra o reconheci-

mento também das instituições à qualidade da produção e da infra-estrutura disponibilizada no LPF. O trabalho de Burmeister, intitulado "Dopagem de Germânio Amorfo Hidrogenado com Bismuto", específica Comedi, se enquadra em um plano amplo do LPF, que visa ao estudo sistemático dos efeitos decorrentes da introdução de impurezas em filmes finos de semicondutores amorfos com o objetivo de controlar as suas propriedades elétricas para aplicações em dispositivos optoeletrônicos

Interesse — Os resultados da experiência de Burmeister foram suficientes para despertar o interesse de outros pesquisadores da Uppsala. Desde a conclusão de sua dissertação em setembro passado, outros alunos da universidade sueca têm procurado o LPF com objetivo de também realizar aqui seus estudos. A trajetória de Burmeister e o interesse crescente demonstrado por estudantes de seu país pelo IFGW é significativo para a instituição. "O fato de um aluno de universidade de renome do exterior realizar trabalho de pesquisa no Brasil, e ainda com recur-

sos financeiros do país de origem, é considerado raro", destaca Comedi.

Para o estudante, o trabalho realizado nos laboratórios do IFGW foi uma experiência singular. "Tudo funcionou muito bem durante os oito meses em que estive conduzindo a pesquisa na Unicamp", garante. Por conta disso, diz, aconselhará seus colegas suecos a viverem experiência semelhante à sua. Além do aconselhamento de seu orientador sueco, o fato de conhecer um pouco do idioma português também contribuiu para que decidisse participar do programa de pesquisas do LPF. "Mas dispor de um laboratório bem-equipado foi fundamental para a realização de meu trabalho", afirma.

Parte positiva de sua estada no Brasil, conta o estudante, foi também a possibilidade de manter contato com o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), próximo à Unicamp. "Posso afirmar que tive condições privilegiadas, além do importante contato com os professores do IFGW que executam pesquisas em quase todas as áreas da física," diz.

O germânio amorfo hidro-



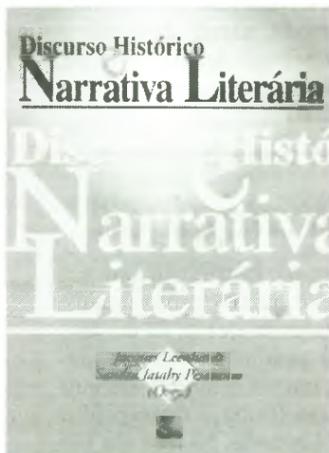
O professor Davi e o sueco Florian: experiência singular

genado, utilizado no estudo de Burmeister, é um material que possui aplicações potenciais em dispositivos optoeletrônicos baseados no silício amorfo, principalmente em células solares, para um melhor aproveitamento do espectro solar.

A experiência de Burmeister na Unicamp, aliada à qualidade de seu trabalho, contribuiu para que ele

se tornasse elemento de referência para um grupo de pesquisadores suecos interessados em ampliar a cooperação com pesquisadores brasileiros. Por conta desse interesse, Burmeister já obteve uma bolsa de estudos na Uppsala para seu trabalho de doutorado. Parte do estudo será realizado novamente no Brasil, desta vez no LNLS. (M.C.P.)

LANÇAMENTOS



Discurso histórico e narrativa literária, idealizado durante o 48º Congresso Internacional de Americanistas, em julho de 1994, discute o cruzamento dos olhares entre a literatura e a história, suas fronteiras e identidades.

O livro reúne vários ensaios em que historiadores, estudiosos de literatura e sociólogos discutem vários aspectos do encontro literatura-história, como a contribuição destes dois elementos para a construção do cidadão e das identidades nacional, pessoal e social.

Para os organizadores, "é possível ler a história como literatura, ver na literatura a história se escrevendo". É válida a leitura deste livro a historiadores, literatos, sociólogos, estudiosos e até mesmo para professores de história e literatura e estudantes.

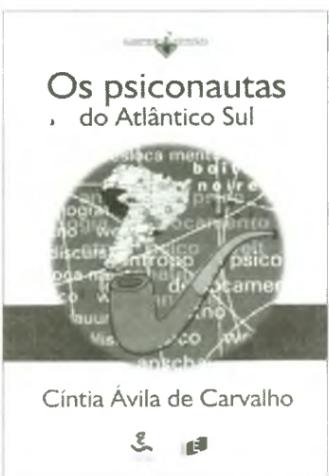
14 x 21 cm
308 páginas
R\$ 15,80



Em *Milagres da fé*, Cristina Lopreato se propõe a desvendar as raízes e os desdobramentos do movimento messiânico liderado por Aparecido Galdino Jacinto que eclodiu no município de Rubinéia (SP) em 1970, identificando o processo de repressão que resultou na prisão e no posterior internamento do líder em manicômio judiciário.

A trajetória de Galdino, desde o início dos anos 70, quando esteve encarcerado sob acusação de crimes praticados contra a Segurança Nacional, foi acompanhada pelos jornais de grande circulação no País, em especial a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

Co-edição com CMU
14 x 21 cm
128 páginas
R\$ 12,00



Cíntia Ávila de Carvalho procura compreender o processo de difusão da psicanálise na sociedade brasileira sem recorrer a explicações que ressaltam seu caráter religioso ou teológico.

A autora traça a trajetória da psicanálise no Brasil, examina suas relações com a Argentina e a França e detém-se no caso do Espírito Santo, uma espécie de microcosmo do processo geral de difusão da psicanálise.

Por meio da leitura do livro de Cíntia Carvalho, o leitor poderá perceber como a psicanálise e os psicanalistas produzem novas fontes de poder e legitimidade, recriando um mundo onde se colocam como intérpretes exclusivos de forças insensíveis que precisam ser escutadas.

Co-edição com CMU e Edufes
14 x 21 cm
366 páginas
R\$ 18,90

LIVRARIAS DA EDITORA DA UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
(019) 788.7030

CICLO BÁSICO
(019) 788.7740

PROMOÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS NA VOLTA ÀS AULAS

ENTREVISTA: ARTHUR CATTO

Novo CTI quer fortalecer relações com a Unicamp

Entidade é transformada em fundação pública

Unidade de referência em pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação, microeletrônica e de software, a Fundação Centro Tecnológico para Informática (CTI), organismo ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, passa a contar a partir de março com uma fundação de apoio com estreita ligação com a iniciativa privada. Com o novo formato, novos desafios serão impostos. Arthur Catto, presidente do CTI, fala nessa entrevista sobre convênios e parcerias com instituições, a Unicamp entre elas, que contribuirão para concretizar iniciativas do órgão.

Jornal da Unicamp - O CTI parte agora para uma nova fase como fundação na qual a iniciativa privada, mais amplamente, estará representada por uma fundação híbrida, conforme o senhor denomina. Os convênios, acordos e parcerias devem se manter? A nova estrutura de algum modo poderá afetar esse relacionamento?

Arthur Catto - Com certeza o relacionamento será mantido. Prova disso é a ampliação da ação conjunta que existe nesse particular momento, envolvendo o CTI, o Cenapad e o Instituto Uniemp. Ela ainda está em fase de articulação e se trata de uma iniciativa na área de automação com aplicação na indústria automotiva, de autopeças e de aeronáutica. O CTI domina a tecnologia que interessa ao projeto; o Cenapad tem o poder de processamento de desempenho para implementar os algoritmos necessários, e o Uniemp tem a interface com o setor produtivo capaz de fazer a idéia sair do ambiente acadêmico e ser disponibilizada para o mercado.

JU - Essa ação conjunta possibilitará que tipo de resultado para as indústrias dos setores aos quais o senhor se referiu? Em quanto tempo o acordo pode ser fechado?

Catto - A iniciativa permitirá, entre diversas outras vantagens, a troca de arquivos entre sistemas CAD de diversos fabricantes, uma das grandes dificuldades atuais para os usuários desses sistemas. As negociações estão bem encaminhadas. Estamos trabalhando com um cronograma bastante curto.

JU - O setor de automação é uma das principais áreas do CTI. Nesse campo, como têm sido as relações entre ela e a Unicamp?

Catto - Na sua origem, em 1984, o Instituto de Automação foi basicamente constituído com o pessoal originário da Faculdade de Engenharia Elétrica da Unicamp. Houve época em que

quase toda a cúpula diretiva do instituto era constituída por professores da faculdade. A participação da Unicamp também foi marcante na formação dos outros institutos que compõem o CTI: o de Microeletrônica e o de Computação, embora não tenha sido tão maciça quanto no de Automação. Nosso relacionamento informal é antigo, mas foi a partir de 1991, quando passamos a constituir uma fundação pública com maior autonomia, que o relacionamento foi formalizado através de um convênio de cooperação científica e tecnológica.

JU - E essa formalização possibilitou avanços nas parcerias?

Catto - A transformação do CTI em fundação pública permitirá um fortalecimento nas relações com a Unicamp. Na época, início da década de 90, formamos dois conselhos, o tecnológico e o de administração. Solicitamos, então, que fossem indicadas pessoas da Unicamp para integrar os dois organismos, tanto que até hoje ambos os conselhos contam com pesquisadores da Universidade. Procuramos também desenhar ferramentas que facilitassem a cooperação. Uma das dificuldades era estabelecer o tipo de cooperação e o gerenciamento do pessoal envolvido nos projetos. Para dar o direcionamento, incluímos cláusulas que garantiam liberdade e uma série de direitos tanto para o pessoal do CTI quanto da Unicamp envolvidos em projetos de interesses das instituições. Estabelecemos mecanismos para aprovação de projetos comuns e facilidades para troca de pessoal na execução de projetos.

JU - Esse mecanismo favoreceu de que modo as relações?

Catto - O convênio cobre dois aspectos básicos. O primeiro é sobre a possibilidade de uso de instalações e equipamentos das instituições e, o segundo, a contagem de tempo de trabalho para os profissionais que estivessem desenvolvendo projetos comuns em uma ou outra instituição. Isso facilitou a ida de pessoas do CTI para desenvolvimento de trabalhos na Unicamp e vice-versa. No início da década tivemos movimento razoável nesse sentido, principalmente na área de automação. Depois houve relativa diminuição desse fluxo. A impressão que fica é que estamos passando por tempos mais difíceis. Acho que as instituições estão hoje se voltando mais para os problemas internos e, às vezes, se esquecendo de olhar para fora.

JU - O senhor poderia enumerar em quantos projetos do CTI a parceria com a Unicamp foi importante ou fundamental?

Catto - Eu prefiro não enumerar porque considero a qualidade muito mais importante do que a quantidade. Além disso, porque não apenas em termos pontuais, a presença da Universidade é importante. A Unicamp é também formadora de mão-de-obra da qual o CTI necessita. A proporção entre o pessoal do quadro e agregado na forma de bolsistas, estagiários e profissionais ligados a clientes que participam de nossos trabalhos e que são ou vieram da Unicamp é muito significativa. Há outro aspecto também que, embora não seja quantificável, é fundamental: o poder de atração que exerce a presença de uma instituição como a Unicamp. Prova disso tem sido a instalação crescente de indústrias na região do pólo de Campinas, cobertos também pelo CTI e outras instituições de relevância para a pesquisa e o desenvolvimento.

JU - Nessa nova fase do CTI, como atuará o lado público e o lado privado que passam a constituir a fundação?

Catto - Certamente de modo

harmônico. A atuação com certeza será fundamentada no bom-senso, ou seja, quando a presença do lado público for mais importante para a evolução de um

projeto, esse lado agirá. Do mesmo modo, quando a atuação do lado privado for decisiva, com certeza ele estará à frente. (M.C.P.)



Arthur Catto, presidente do Centro Tecnológico para a Informática

Órgão atua em segmentos estratégicos

A Fundação Centro Tecnológico para a Informática foi criada em 1983, originalmente como órgão do poder Executivo. O governo constituía, a partir de então, uma instituição que teria como meta a contribuição efetiva para os setores industrial e de serviços, estimulando a elevação dos níveis de qualidade e agregando valor a produtos e processos. Uma das tarefas, também, era a de prover infra-estrutura tecnológica de ponta e estratégica em suas áreas de atuação, tornando-as amplamente acessíveis. A instituição coube ainda, desde sua fundação, o papel de propor, apoiar e participar de programas nacionais, atuando como instrumento de política governamental.

Vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o CTI atua em segmentos estratégicos ou prioritários definidos pelo governo brasileiro por meio de programas tecnológicos conduzidos por seus três institutos nas áreas de microeletrônica, de computação e de automação. O primeiro, que desenvolve programas

nas áreas de microestruturas e microsistemas, como circuitos integrados e microssores, por exemplo, foi fundamental para que a Fundação seja considerada, tanto no mercado nacional quanto no internacional, uma instituição de excelência na área. O Instituto de Automação atua no desenvolvimento de soluções avançadas para a indústria, com objetivo de difundir tecnologias e padrões estratégicos de automação e sua aplicação em problemas industriais. O instituto atua em engenharia simultânea, visão computacional e robótica e sistemas distribuídos, entre outros.

Com objetivo semelhante aos dos demais institutos que integram o CTI, o de Computação atua voltado ao aprimoramento da qualidade e da produtividade em software, transferindo os resultados do desenvolvimento de métodos e ferramentas integrados em ambiente de suporte à produção, para aumento da competitividade e a consolidação da indústria de software do Brasil.

As pesquisas são desenvol-

vidas na instituição por um quadro de 109 profissionais, 14 deles doutores, 32 mestres e 50 pesquisadores graduados, muitos oriundos dos cursos de formação oferecidos pela Unicamp. No total são 176 funcionários, considerados a elite das áreas meio e fim. Além de instituições nacionais, como a Abinee, Abinfo, ABNT, Inmetro, Inpe, USP e Unicamp, o CTI mantém acordos e linhas de cooperação com institutos e centros de pesquisa internacionais, entre eles o Centro Nacional de Microeletrônica, da Espanha, LAAS E LAG, da França e BIBA, da Alemanha. Presta ainda serviços a várias empresas nacionais e estrangeiras.

A partir de março o CTI passa a contar com uma fundação de apoio cujo objetivo é facilitar a interação com o setor produtivo, agilizando todas as fases de seus projetos, correspondendo, dessa forma, à velocidade exigida pelas empresas para a ampliação da competitividade. (M.C.P.)



Roteiro de Oportunidades

INGLÊS FRANCÊS
Fones (019) 289-10 26 e 287-57 41

- Método dinâmico
- Ambiente agradável e descontraído
- Perto da UNICAMP



DESC. ATÉ 40%

Loja 1 - Galeria Flamboyant
Av. Albino J. B. Oliveira 830 - Fone (019) 289-9684

Livraria e Papelaria Angepel

Livros Didáticos Material Escolar e Escritório
Impressos Fiscais Xerox e Encadernação

Rua Horácio Leonardi, 12 - B. Geraldo
Campinas

LIVRARIA E PAPELARIA TOLEDO
na Faculdade de Educação Unicamp
Fone: 788-5560

(019) 289-6303
289-6304

exibição do videodocumentário
Danielle Rodrigues e a Oaska - o chá da recordação



24 de março de 99
quarta - às 12:30h.
auditório do IA - Unicamp
entrada franca

apoio: Sama Multimídia - Educação e Arte
fone/fax: 236-9978

Maiores informações sobre o assunto: www.uniaodovegetal.org.br

LANCHONETE DA PIRÂMIDE

frango assado **só R\$4,50** pizza grande **só R\$5,50**

Pizza 40cm
Se assada,
+ R\$ 1,00

DIARIAMENTE DAS 17 ÀS 23 HORAS
na compra de você leva

Pizza brotinho 15 cm ou Sanduíche Churrasco **R\$ 3,90** **R\$ 2,90** 1 chope grátis

Av. Prof. Atilio Martini 424
Cidade Universitária.

289.11.19



TUDO PARA FORMATURA

Salão para 2.000 pessoas. Colação, coquetéis, jantares; baile de formatura e outros eventos.

Orçamentos: (019) 231-5956 - 231-7815
SEM COMPROMISSO. FACILITA-SE O PAGAMENTO.

R. Abolição 1.580 - Ponte Preta - Campinas - Próx. ao Hiperm. Extra

TecNisys
VENDAS
MANUTENÇÃO

Av. Dr. Romeu Tórtima 413
Barão Geraldo - Campinas
Telefax: (019) 289-2734
Fone: (019) 289-9179

**Agora com Foto Ferrari,
Galleria Shopping é
também lugar de boas fotos.**

Câmeras KODAK,
CANON, PENTAX,
YASHICA, NIKON,
tripés, flashes e acessórios

FOTOS PARA
DOCUMENTOS
NA HORA

ÓCULOS DE GRAU

ÓCULOS DE SOL:
OS ÚLTIMOS

LANÇAMENTOS DA B&L

**FOTO ÓPTICA
FERRARI**

Venha pro Ferrari. Sua foto merece ir pro Galleria.

Revelação
hora



José Paulino 925 (foto) F. 231-5877 Unimart F. 744-6909
J. Paulino 895 (óptica) F. 231-5877 Iguatemi F. 252-0655
Treze de Maio 458 - F. 234-8985 Galleria F. 207-1128

**40 dias de jejum, penitência,
reflexão e arrependimento dos
excessos cometidos no Carnaval.**
A Quaresma, instituída pela Igreja
Católica na idade média, é o período
que antecede a Semana Santa.
Há 13 anos o Jornal da Unicamp
tornou-se o meio sem sacrifícios de
fazer o seu produto chegar direto à
população* da Unicamp, uma
comunidade de alta qualificação.

*mais de 20 mil alunos, mais de 2 mil professores, mais de 6 mil funcionários, mais de 5 mil fornecedores e terceiros que prestam serviço no Campus

**Tire o seu produto
da quarentena.
Anuncie no
Jornal da Unicamp**

Ligue para anunciar: (019) 289-3134

SEBO & BRECHÓ

Livros, Gibis, Móveis
CD's, Roupas, Tapetes

Av. Santa Isabel 246
Barão Geraldo
Fone 289-0028

Caraguá
férias, fins-de-semana

Sobrados equipadíssimos p/ até
5 pessoas, com TV, ventilador,
churrasqueira; em condomínio
fechado, limpo e seguro, com
piscina, a 100 metros da praia.

Reservas
telefax (019) 824-1336
e telefax (012) 422-1172

TOP DA CIÊNCIA

Nossos homens na Academia

Geromel e De Paoli são eleitos e elevam para 14 o número de professores da Unicamp na Academia Brasileira de Ciências

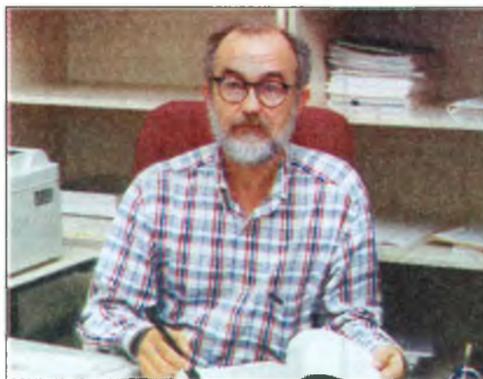
Raquel do Carmo Santos

O pró-reitor de Pós-Graduação José Cláudio Geromel, pesquisador da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC), e o professor Marco-Aurélio De Paoli, do Instituto de Química (IQ), se preparam para ser recebidos no seletivo grupo de membros titulares da Academia Brasileira de Ciências (ABC), entidade que reúne renomados cientistas brasileiros de diferentes áreas do conhecimento. Eleitos em assembleia geral em 16 de novembro último, após rigoroso processo de escolha, os professores aguardam, no momento, a cerimônia de posse, que deverá ocorrer ainda neste semestre.

Com mais de 80 anos de existência, a entidade, fundada em 1916, congrega hoje 509 pesquisadores de projeção nacional e internacional. Com a eleição dos novos acadêmicos — Geromel para a seção de Ciências da Engenharia e De Paoli para Ciências

Químicas —, a Unicamp passa a contar com um grupo representativo de 14 professores inseridos no rol de membros da ABC em suas diferentes categorias, sendo nove titulares, quatro associados e um correspondente.

Sistemas de controle — A larga especialização do professor Geromel na área de sistemas de controle valeu sua indicação para membro titular da Academia. Indicado por três outros membros titulares — José Fernando Perez (diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-Fapesp), Edgar Dutra Zanotto (Universidade Federal de São Carlos) e Alcir José Monticelli (Unicamp) — o professor Geromel acredita que sua participação nesse grupo permitirá incrementar intercâmbios com grandes perso-



Geromel: estudo de sistemas de controle



De Paoli: pesquisa com polímeros condutores

nalidades da comunidade científica do país e do exterior.

O pró-reitor possui mais de 130 artigos técnicos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Em 1997, em conjunto com dois colegas italianos, publicou o livro *Control Theory and Design* pela editora Academic Press Inc. Também trabalhou como professor convidado e consultor técnico em diversas instituições científicas, destacando-se sua atuação durante o ano de 1984 no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais em São José dos Campos e em 1987 no Instituto Politécnico de Milão, Itália. Durante o ano de

1998 foi coordenador do Comitê Assessor de Engenharia Elétrica e Biomédica do CNPq.

Materiais poliméricos — Quando, no final da década de 70, uma nova área de pesquisas de materiais começou a se desenvolver, o pioneirismo na preparação de blendas de polímeros condutores e polímeros isolantes caracterizou o trabalho da equipe liderada pelo professor Marco-Aurélio De Paoli. Assumindo a liderança em nível mundial nas pesquisas com polímeros condutores, o grupo estudou em detalhes os processos pelos quais esses mate-

riais passam de isolantes a condutores e suas relações estrutura/propriedades.

Atualmente a equipe concentra suas pesquisas no desenvolvimento da chamada "arquitetura de dispositivos", em que se combinam diversos materiais com o objetivo de aproveitar suas propriedades de forma sinérgica. O impacto dos trabalhos de De Paoli no meio científico pode ser mensurado a partir do convite recebido recentemente para colaborar na preparação de uma enciclopédia de polímeros e para escrever o capítulo de um livro sobre materiais condutores.

A presença da Unicamp na ABC

MEMBROS TITULARES

César Lattes, aposentado pelo Instituto de Física. Titular desde 22/8/1949. Físico experimental, o professor César Lattes é autor de trabalhos reconhecidos internacionalmente na área de Raios Cósmicos, mais especificadamente em Altas Energias. Uma colaboração com o Japão sobre interações de hádrons em raios cósmicos de alta energia observados através de câmaras de emulsão, possibilitou o passo natural seguinte: a descoberta das bolas de fogo em produção múltipla de píons. Foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, tendo sido um dos seus professores titulares de 1949 a 1994.

Fernando Galembeck, Instituto de Química e vice-reitor da Unicamp. Titular desde 30/10/1987. Especialista na área de Físico-química macromolecular e de superfícies e Química de materiais, o professor Galembeck já orientou 21 teses de doutorado e 22 dissertações de mestrado. Como prêmios recebidos acumula entre eles a Medalha dos 20 anos do CNPq, Prêmio *Union Carbide* (categoria professor universitário) e Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico.

José Ellis Ripper Filho, aposentado pelo Instituto de Física. Titular desde 30/10/1987. Um dos pioneiros da informática no Brasil, o professor Ripper projetou e construiu, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), onde se graduou em Engenharia Eletrônica, o primeiro computador brasileiro, apelidado de "Zeinho". Obteve o grau de mestre e doutor no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), EUA. Atualmente é diretor-presidente da AsGA Microeletrônica.

Pierre Kaufmann, Instituto de Física. Titular desde 30/10/1987. O professor Kaufmann contribuiu para a introdução, no Brasil, de novas áreas de ciência e tecnologia, incluindo rádio-astronomia, rádio-propagação, geodésia espacial, física solar e das relações solares-terrestres. Publicou cerca de 190 artigos científicos. Obteve uma patente sobre novo processo de posicionamento geográfico (1997). É diretor-executivo do Centro de Rádio-Astronomia e Aplicações Espaciais (CRAAE).

Cylon Eudócio T. Gonçalves da Silva, aposentado pelo Instituto de Física. Titular desde 31/10/1991. O professor Cylon é Ph.D. em Física pela Universidade de Califórnia, Berkeley, EUA. Desenvolveu pesquisas sobre propriedades magnéticas e eletrônicas de materiais e estudos sobre super-redes semicondutoras semi magnéticas. Possui mais de 70 publicações em revistas internacionais, com árbitro, na área de Física da Matéria Condensada. Atualmente é diretor geral da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron.

Alcir José Monticelli, Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Titular desde 13/12/1996. O professor Alcir lecionou na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde também realizou pesquisas no *Electronic Research Laboratory* entre 1982 e 1985. Atuou em vários projetos de transferência de tecnologia

para o setor produtivo no Brasil e nos Estados Unidos desde 1973. Atualmente é assessor da *National Science Foundation* (NSF), dos Estados Unidos. Em 1986 recebeu o título *fellow* do *Institute of Electrical and Electronics Engineers*.

Anibal Eugenio Vercesi, Instituto de Biologia. Titular desde 13/12/1996. Ingressou na carreira científica em 1969, como aluno de iniciação científica do Departamento de Bioquímica da Unicamp. Em 1995 foi professor de Microbiologia no *College of Veterinary Medicine, University of Illinois*. Suas áreas de especialização são Metabolismo e Bioenergética e Bioquímica de protozoários.

MEMBROS ASSOCIADOS

Aldo Focesi Júnior, Instituto de Biologia. Associado desde 5/12/1988. Professor na Unicamp desde 1968, Aldo realizou pós-doutorado na New York University em 1964. É autor ou co-autor de cerca de 70 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Orientou cerca de 35 teses de doutorado e 20 dissertações de mestrado. Especializou-se em Biologia Molecular.

Aécio Pereira Chagas, Instituto de Química. Associado desde 18/2/1991. Bacharel pela Universidade de São Paulo (USP), o professor Aécio chegou à Unicamp em 1969. Professor titular desde 1989, especializou-se nas áreas de Termodinâmica Química e Química de Coordenação.

Roberto Rittner Neto, Instituto de Química. Associado desde 10/12/1992. O professor Rittner realizou pós-doutorado com o auxílio de Conselho Britânico na *University of East Anglia*, Inglaterra. Em suas atividades administrativas constam o cargo de assessor técnico da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unicamp no período 1986-1990, tendo sido eleito coordenador da região sudeste e membro do Colegiado de Representação Nacional no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub).

Celso Dal Ré Carneiro, Instituto de Geociências. Associado desde 15/12/1995. O professor Celso teve oportunidade de participar ou coordenar dezenas de projetos de aplicação, em diferentes partes do território nacional, bem como alguns projetos de compilação geológica regional, como o "mapa geológico" e o "mapa geomorfológico" do Estado de São Paulo. É autor ou co-autor de cerca de 86 artigos técnico-científicos e 24 artigos e notas de divulgação científica publicados em periódicos especializados.

MEMBRO CORRESPONDENTE

Jacques Marie Edme Viellard, Instituto de Biologia. Correspondente desde 15/12/1995. O professor Jacques é doutor em Ecologia pela Escola Normal Superior da Universidade de Paris. Possui especialização nas áreas de Ornitologia, Ecologia, Biogeografia e Filogenia de aves. Criou o Laboratório de Bioacústica em 1978, centro de pesquisa de ponta e um dos maiores arquivos de sons de animais.

Entidade faz 83 anos em maio

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) foi fundada em 3 de maio de 1916, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de promover a qualidade científica e o avanço da ciência brasileira, a entidade discute e propõe novas soluções para questões científicas e sócio-econômicas, que requeram uma abordagem multidisciplinar.

Em seus 82 anos de existência a Academia pautou sua atuação pelo envolvimento na maioria dos grandes acontecimentos acadêmicos e institucionais no plano da ciência. Exemplo disto foi a fundação de reconhecidas universidades brasileiras como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. Participou também do projeto de criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do CNPq.

A Academia reúne seus membros em seis seções específicas: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas e Ciências da Engenharia. O acadêmico pode ser titular, associado, colaborador, correspondente, benemérito ou corporativo.

Para a composição do quadro de novos acadêmicos, no caso de membros titulares (a mais alta categoria a ser alcançada) e de associados são realizadas eleições anuais. A indicação é feita por um membro titular que, em geral, procura observar a contribuição científica dada ao país pelo pesquisador.

De acordo com o vice-reitor da Unicamp e também membro titular da ABC, professor Fernando Galembeck, o número de acadêmicos oscila conforme o aparecimento de notabilidades nas sucessivas gerações de acadêmicos. O número de indicações registradas na década de 90 é superior, por exemplo, ao volume observado nos anos 80. (R.C.S.)